



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE
A UNIVERSIDADE**

RAIMUNDO MANOEL DE JESUS FILHO

**ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS “ATORES” DO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM
ESTUDO DE CASO SOBRE O CECANE-UFBA, 2009-2012.**

Salvador-BA
2015

RAIMUNDO MANOEL DE JESUS FILHO

**ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS “ATORES” DO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM
ESTUDO DE CASO SOBRE O CECANE-UFBA, 2009-2012.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Orientador: Profa. Dra. **Carmen Fontes de Souza Teixeira**
Co-orientador: Profa. Dra. **Maria do Carmo Soares de Freitas**

**Salvador-Bahia
2015**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Saúde, SIBI - UFBA.

J58 Jesus Filho, Raimundo Manoel de

Análise do processo de formação dos “Atores” do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso sobre o CECANE-UFBA, 2009-2012 / Raimundo Manoel de Jesus Filho – Salvador, 2015.

102 p.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Salvador, 2015.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carmen Fontes Teixeira.

Co-orientadora: Maria do Carmo Soares de Freitas.

1. Alimentação escolar. 2. Programa Nacional de Alimentação Escolar. 3. Formação de recursos humanos em Saúde. 4. CECANE-UFBA. 5. Política social. I. Título.

CDU 613.22

RAIMUNDO MANOEL DE JESUS FILHO

**ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS “ATORES” DO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM
ESTUDO DE CASO SOBRE O CECANE-UFBA.**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Data de aprovação:

Banca Examinadora

Isabela Cardoso de Matos Pinto

Profa. Dra. em Administração pela UFBA
Diretora do ISC/UFBA

Maria Constantina Caputo

Profa. Dra. em Saúde Pública pela UFBA
Programa de Pós-Graduação do EISU/IHAC-UFBA

Sandra Maria Chaves dos Santos

Profa. Dra. em Administração Pública pela UFBA
Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFBA

**Salvador- Bahia
2015**

DEDICATÓRIA

Aos meus elos mais fortes de amor, minha família:
Meus pais, irmãos e irmãs que mesmo longe fisicamente estiveram próximos,
Minha grande companheira Lucinez Souza
Minha amada filha Maria Clara, por seu amor e compreensão
durante longos e intermináveis finais de semana:
Motivações e inspirações da minha vida, meu orgulho e alegria.
Desculpas pelas ausências...
Não foi fácil, mais a luz de vocês fez a diferença.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo amparo, proteção e vida permeada de coragem, força e esperança.

A minha querida professora e orientadora, Carmen Teixeira, pela paciência com minhas indecisões, inquietações, inseguranças, pela enorme contribuição e por ter me conduzido nesse projeto com a segurança, zelo, respeito e carinho. Agradeço sua confiança, seu exemplo de força, de dinamismo, de paixão pela pesquisa e pela academia. Sem sua segurança não conseguiria avançar como avancei.

A professora Carminha, que me acolheu em suas disciplinas e contribuiu com indicações importantes de leitura, bem como pelas valiosas contribuições na construção do projeto de pesquisa.

Às professoras Isabela Cardoso e Maria Caputo, pelas valiosas contribuições no momento da qualificação do projeto.

Ao CECANE Centro Colaborador de Alimentação do Escolar, às nossas coordenadoras do programa, infinitamente obrigado! Igualmente aos colegas do mestrado, valeu estar aprendendo cada minuto com vocês.

À minha família e aos meus amigos, que me permitiram a convivência pelo longo caminho da vida com alegria, e mais ainda nesse período do mestrado. Nunca me senti só.

Aos meus companheiros de jornada diária de trabalho, no setor de recursos humanos, pelo verdadeiro e irrestrito apoio, pelo carinho, tolerância e respeito ao meu isolamento.

Aos colegas que colaboraram diretamente e indiretamente na fase da pesquisa. Agradeço a todos através da Verônica Mota e Fátima Menezes.

A Maisa Santos e Naurelita Melo, pela ajuda preciosa na transcrição das entrevistas.

Finalmente, agradeço à minhas colegas da equipe CECANE, a quem quero render meu profundo respeito e admiração Naná, Lilica e Amelinha, vocês tem a dimensão do que representamos na vida do outro nesta caminhada.

Muitíssimo obrigado!

"Desistir... eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça."

(Cora Coralina)

LISTA DE TABELAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 - Evolução quantitativa da produção sobre alimentação Escolar 1974/2012 | 24 |
| Tabela 2 - Distribuição dos resumos por periódicos/área do conhecimento | 26 |
| Tabela 3 - Classificação dos resumos por subárea temática | 27 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

| | |
|------------------------------------|----|
| Figura 1 – Modelo teórico | 44 |
| Figura 2 – Estrutura CECANE | 49 |

GRÁFICOS

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 – Evolução temporal da produção científica sobre Alimentação Escolar 1974-2012 | 25 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

QUADROS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – Quadro Funções da Coordenação Técnica dos Centros Colaboradores do PNAE | 50 |
| Quadro 2 – Membros da Equipe de planejamento, organização, execução e avaliação das formações | 52 |
| Quadro 3 – Metas Previstas para formações 2009-20012 | 57 |
| Quadro 4 – Atores formados 2009-20012 | 57 |
| Quadro 5 – Etapas do processo de formação – Oficinas de formação em gestão do PNAE | 58 |

ANEXOS

| | |
|-------------------------------------------------------------------|-----|
| Anexo 1 – Autorização de Pesquisa | 83 |
| Anexo 2 – Parecer do Comitê de Ética | 84 |
| Anexo 3 – Editais para seleção de Agentes PNAE e Monitores | 87 |
| Anexo 4 – Ficha de avaliação | 96 |
| Anexo 5 – Relação de Agentes PNAE e Monitores selecionados | 102 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE – Alimentação Escolar
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
BI – Bacharelado Interdisciplinar
BIREME – Biblioteca Regional de Medicina
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CECANE – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
CF – Constituição Federal
CFN – Conselho Federal de Nutrição
CGPAE – Coordenação Geral do Programa de Alimentação Escolar
CME – Conselho Municipal de Educação
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CRN – Conselho Regional de Nutrição
DECS – Descritores em Ciências da Saúde
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
EAD – Ensino a Distância
EE – Entidade Executora
EISU – Estudos Interdisciplinares sobre Universidade
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENUFBA – Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHAC – Instituto de Humanidades Artes e Cultura
LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEC – Ministério da Educação
MPU – Ministério Público da União
MS – Ministério da Saúde
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PMA – Programa Mundial de Alimentação
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAN – Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SCIELO – Scientific Electronic Library Online
SEAD – Secretaria de Administração
SEC – Secretaria de Educação
TCU – Tribunal de Contas da União
UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| Artigo 1 - PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL 1974-2012: REVISÃO DE LITERATURA | 17 |
| 1. Introdução | 19 |
| 2. Metodologia | 22 |
| 3. Resultados e Discussão | 23 |
| 3.1 Evolução Quantitativa da Produção no Período de 1974/2012 | 23 |
| 3.2 Distribuição dos Resumos por Subárea Temática | 25 |
| 3.3 Análise dos resumos distribuídos por periódicos/área de conhecimento | 28 |
| 4. Considerações Finais | 34 |
| Referencias | |
| Artigo 2 – ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS “ATORES” DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CECANE-UFBA | |
| 1. Introdução | 39 |
| 2. Referencial Teórico | 41 |
| 3. Metodologia | 44 |
| 3.1 Desenho e sujeitos do estudo | 44 |
| 3.2 Procedimentos e técnicas de coleta de dados | 45 |
| 3.3 Plano de análise de dados | 46 |
| 3.4 Aspectos éticos da pesquisa | 47 |
| 4. Resultados e Discussões | 47 |
| 4.1 - Processo de elaboração do projeto de formação dos atores do PNAE” | 48 |
| 4.1.1 Composição e Funções da Equipe Técnica responsável pelo CECANE | 48 |
| 4.1.2 Formação da equipe do projeto de formação dos atores do PNAE | 49 |
| 4.1.3 Processo de elaboração do Projeto de formação | 52 |
| 4.1.4 Visão da Equipe Técnica sobre o projeto de formação do CECANE | 53 |
| 4.2 - O Projeto de formação em Gestão dos atores do PNAE | 56 |
| 4.3 - Percepção dos Participantes sobre a Formação no Município | 59 |
| 4.3.1 Atribuições dos participantes da equipe municipal do PNAE | 60 |
| 4.3.2 Visão acerca do processo de formação | 61 |
| 4.3.3 Utilização dos conhecimentos na prática cotidiana | 63 |
| 4.3.4 Impacto da formação na gestão do PNAE | 64 |
| 4.3.5 Recomendações para o aperfeiçoamento do processo | 66 |
| 5. Considerações Finais | 68 |
| Referencias | |
| COMENTÁRIO FINAL | 72 |
| APÊNDICES | 73 |
| APÊNDICE 1 – Relação de documentos pesquisados | 73 |
| APÊNDICE 2 – Relação de informantes chaves | 75 |
| APÊNDICE 3A – Roteiro para identificação geral do município | 75 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| APÊNDICE 3B – Características gerais do município | 76 |
| APÊNDICE 4A – Roteiro para entrevista I: Gestores CECANE | 77 |
| APÊNDICE 4B – Roteiro para entrevista II: Nutricionista Coordenador da Alimentação Escolar | 77 |
| APÊNDICE 4C – Roteiro para entrevista III: Coordenador Pedagógico | 78 |
| APÊNDICE 4D – Roteiro para entrevista IV: Conselheiro | 78 |
| APÊNDICE 5 – Matriz de análise dos documentos relativo ao Projeto de Formação dos Atores do PNAE | 79 |
| APÊNDICE 6 – Matriz de análise dos documentos relativo ao Projeto de Formação dos Desenvolvida no âmbito Municipal | 79 |
| APÊNDICE 7 – Matriz de análise da Percepção dos Atores Municipais sobre o Processo de Formação | 79 |
| APÊNDICE 8A – Termo de consentimento livre e esclarecido | 80 |
| APÊNDICE 8B – Termo de consentimento livre e esclarecido | 81 |
| APÊNDICE 8C – Termo de consentimento livre e esclarecido | 82 |
| ANEXO 1 – Autorização de Pesquisa | 83 |
| ANEXO 2 – Parecer do Comitê de Ética | 83 |
| ANEXO 3A – Edital 001/2009 Processo Seletivo de Agente do PNAE | 87 |
| ANEXO 3B – Edital 002/2009 Processo Seletivo de Monitores do PNAE | 91 |
| ANEXO 4 – Ficha de avaliação | 96 |
| ANEXO 5 – Relação de Agentes PNAE e Monitores selecionados | 102 |

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 afirma, em seu art. 208, incisos IV e VII, que a alimentação escolar¹ é dever do Estado e um direito humano e social de toda criança e adolescente que frequentem a educação infantil e o ensino fundamental (BRASIL, 2009). Nessa perspectiva foi elaborado, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, em 2006, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), posteriormente transformado em lei. Segundo este documento, o Programa tem por objetivo

[...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis nos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo” (BRASIL, 2009, p.2).

A implantação do PNAE vem se dando através do estabelecimento de parcerias interinstitucionais em todo o país, envolvendo as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e de Saúde, bem como unidades acadêmicas vinculadas a Universidades públicas que se responsabilizam, entre outras atividades, por prestar assessoria, científica, técnica e operacional ao (FNDE), estados e municípios quanto a qualificação e execução do PNAE, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.

Na UFBA, a Escola de Nutrição integra esse processo, através do desenvolvimento, desde 2006 através de um Programa de Extensão e Pesquisa interdepartamental e multidisciplinar, que contemplou a organização do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar – Região Nordeste – Bahia e Sergipe (CECANE-UFBA) em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC² (BRASIL, 2006).

O CECANE-UFBA executa projetos relacionados à formação, pesquisa e assessoria técnica aos municípios vinculados às ações do Programa de alimentação e nutrição dos escolares na rede públicas de ensino (BRASIL, 2009). Também desenvolve ações de apoio técnico e operacional aos estados e municípios, na melhoria da qualidade de gestão e controle social do programa, através de cursos de capacitação de profissionais de educação, merendeiras, conselheiros de alimentação escolar, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e outros profissionais interessados.

¹ Entende-se por Alimentação escolar como política de atendimento ao direito do aluno receber o alimento durante sua permanência na escola, em face de seu metabolismo e características fisiológicas. De acordo com a legislação do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), “a alimentação escolar é toda alimentação realizada pelo estudante durante o período em que se encontra na escola” (BRASIL, 2005, ANEXO I p. 4).

² O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

As atividades desenvolvidas pelos centros colaboradores, como o CECANE, incluem ainda estágios extra-curriculares e o desenvolvimento de projetos de extensão e de iniciação científica vinculadas ao PNAE, envolvendo acadêmicos das diversas áreas de conhecimento (pedagogos, sociólogos, nutricionistas, contadores, advogados e agrônomos). Desde 2008, este Centro vem atuando na formação dos “atores” do PNAE em vários municípios dos Estados do Nordeste (BRASIL, 2009). Cabe registrar que o Programa considera “atores”, os profissionais e trabalhadores das áreas de Saúde e de Educação envolvidas na preparação, distribuição e controle dos alimentos oferecidos às crianças das escolas cadastradas, incluindo nutricionistas, conselheiros, coordenadores pedagógicos e o gestor das escolas nas quais o programa é implantado.

O CECANE/UFBA, portanto, constitui-se em uma instância que articula e integra saberes e práticas institucionais com diferentes identidades, a exemplo da Universidade, da Comunidade Escolar e do PNAE, em uma relação de parceria que tem como objetivo qualificar os atores responsáveis pela execução desta Política Pública, possibilitando avanços institucionais na medida em que estimula transformações no cotidiano acadêmico e na gestão do programa.

No período de 2009-2012, o CECANE elaborou um plano de metas para atuar somente nos Estados da Bahia e Sergipe (BAHIA, 2009a), cuja execução contemplou a realização de um conjunto de atividades de formação dos atores do programa, em 348 municípios, em diversos territórios da Bahia e Sergipe. No ano de 2009 a meta prevista foi capacitar 50 nutricionistas, 150 conselheiros, 90 merendeiros, 90 coordenadores pedagógicos e gestores escolares, 40 coordenadores da alimentação escolar e 12 monitores. No plano de trabalho do CECANE – UFBA, para o período de 2010-2012, programou-se a formação de 350 conselheiros; 180 (cento e oitenta) nutricionistas; 200 merendeiros; 200 (duzentos) coordenadores pedagógicos e gestores escolares; além da participação de 150 coordenadores da alimentação escolar nos estados da Bahia e Sergipe.

A experiência acumulada possibilitou “ampliar conhecimentos em relação à operacionalização do programa e ao universo da escola, impulsionando o programa a aprimorar a formação dos atores do PNAE promovendo atividades de integração entre os agentes, possibilitando espaços para a escuta dos participantes, facilitando a aproximação e o diálogo entre estes; estimulando a mobilização dos agentes na perspectiva do fortalecimento da categoria, incentivando as parcerias entre os agentes e entre estes e outros setores da educação e saúde” (BAHIA, 2012a).

Entretanto, embora esteja sendo objeto de reflexão por parte dos gestores do Programa, esta experiência demanda uma avaliação externa, que aponte lacunas e possibilidades de aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

Considerando a possibilidade de se encontrar trabalhos que já tenham feito esta análise definiu-se como objetivo inicial da pesquisa a realização de revisão bibliográfica na base Scielo, utilizando como descritores o termo “Alimentação escolar” visando mapear a produção científica e identificar as questões que vem sendo estudadas pelos diversos pesquisadores, tendo em vista a construção do referencial teórico-metodológico da referida investigação. Os resultados desse trabalho constituem o primeiro produto dessa investigação, sob a forma de um artigo que foi encaminhado para publicação na revista *Ciência & Educação* (Bauru), em 19 de janeiro de 2014 e integra a estrutura deste documento.

Em seguida, foi elaborado e executado um projeto de pesquisa, acerca da implementação do PNAE nos estados de Bahia e Sergipe, tendo como objetivo central a análise do processo de formação dos atores envolvidos em sua execução. Nesse sentido, a pergunta que norteou a investigação foi a seguinte: Como foi desenvolvido o processo de formação dos “atores” do PNAE, realizado pelo CECANE-UFBA nos Estados de Bahia e Sergipe no período 2009-2012?

Durante o processo de elaboração do projeto, em função da necessidade de viabilizar o estudo o tempo previsto pelo curso de mestrado, decidiu-se focar o estudo em um município específico do Estado da Bahia, configurando-se, portanto, a pesquisa como um estudo de caso, que tomou como objeto o processo de formação dos atores do PNAE neste município, buscando-se mapear a visão dos diversos atores envolvidos processo.

Este documento apresenta, portanto, os produtos finais do trabalho desenvolvido no Mestrado, sob a forma de dois artigos, o primeiro referente à revisão bibliográfica sobre o tema “Alimentação Escolar”, e o segundo, contendo os resultados do estudo de caso sobre a formação dos atores do PNAE no município selecionado.

ARTIGO 1

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL, 1974-2012: REVISÃO DE LITERATURA

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL 1974-2012: REVISÃO DE LITERATURA

Raimundo Manoel Jesus Filho³
Carmen Fontes de Souza Teixeira⁴

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as características da produção científica sobre alimentação escolar no Brasil no período de 1974 a 2012. Realizou-se um estudo de revisão bibliográfica a partir de resumos de artigos publicados em revistas brasileiras selecionados na base bibliográfica Scielo. Foram encontrados 77 trabalhos, dentre os quais, foram selecionados 26, categorizados a partir do ano de publicação, temática abordada e tipo de estudo. Observa-se o crescimento da produção de artigos no período analisado, mais especialmente a partir do ano de 2008. As principais temáticas investigadas são Saúde Pública, ambiental e ocupacional, nutrição e dietética, sendo que a maioria dos trabalhos nesta área analisa os aspectos clínicos e nutricionais. Chama a atenção o número reduzido de estudos relacionados à formulação de políticas, planejamento e gestão de programas de alimentação escolar, no âmbito das instituições públicas e privadas; bem como a escassez de trabalhos que apresentem reflexões de caráter teórico-conceitual acerca desse tema.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Formação de recursos humanos em saúde; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Extensão Universitária; Políticas Públicas.

³ Mestrando Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – EISU-UFBA, email: raimundomanoel@yahoo.com.br.

⁴ Doutora em Saúde Pública. Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA e docente do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. carment@ufba.br

Abstract

The aim of this paper is analyzes the characteristics of scientific literature about school feeding in Brazil from 1974 to 2012. We have made a bibliographic review from abstracts of articles published in Brazilian magazines chosen in papers of Scielo. Seventy-seven articles were found and twenty-six of them were chosen, categorized from the year of publishing, the theme and type of study. The increase of papers is observed in the analyzed period, especially from 2008 on. The main subjects investigated are public occupational and environmental health, nutrition and dietetics, as the clinical and nutritional aspects been the most analyzed works in this area. Draws attention the few number of studies related to planning and management politics to school feeding programs, as in the public or private institutions; such as the lack of studies that present theoretical and conceptual character on this subject.

Keywords: School feeding; Health human resources training; National school feeding program; University extension; Public policies.

INTRODUÇÃO

A Universidade é, atualmente, o cenário de um amplo debate acerca dos rumos da educação superior (SANTOS, 1999), debate esse que vem repercutindo na última década no Brasil (RIBEIRO, 2003; ALMEIDA FILHO, 2007). Nesse contexto, problematizam-se as formas de financiamento, os mecanismos de ingresso, os modelos de formação vigente nas diversas áreas e, de um modo geral, o papel que esta instituição exerce e pode vir a exercer no que diz respeito à articulação do ensino, da pesquisa e da extensão com os processos de desenvolvimento econômico e social em diversos países do mundo.

Na Europa, há uma predominância de universidades públicas que têm, em geral, “poder para reduzir o âmbito da descapitalização ao mesmo tempo em que tem desenvolvido a capacidade para gerar receitas próprias através do mercado” (ALMEIDA FILHO; SANTOS, 2008, p.23). Desta maneira, o mercado das universidades privadas não encontra muito espaço para expansão, devido às alianças entre as universidades e seus aliados políticos. Além deste fator, a emergência de um setor não universitário com cursos para atender ao mercado de trabalho, impeliu a universidade a reestruturar-se, aumentando a variedade dos seus programas.

Já nos EUA, ainda de acordo com Almeida Filho e Santos (2007), devido à opção adotada quanto à política de educação superior, observa-se o predomínio das universidades privadas, que configuram um conjunto diversificado de instituições reguladas pelo mercado; ou seja, pela capacidade de pagamento direto por parte da população que demanda esse nível de formação, bem como através de bolsas de estudo oferecidos a alunos que se destacam em diversas áreas. Nesse contexto, as instituições públicas, geralmente comunitárias, recorrem aos financiamentos através de fundações e ao aumento das taxas de matrícula para garantir a manutenção dos seus custos.

Em contraponto a esta realidade, as universidades dos países periféricos sofrem um colapso com a falta de investimentos, tornando-se cada vez mais insuficientes para desenvolver uma educação de qualidade mínima, como se observa nos países africanos:

[...] o Banco (Mundial) entendeu que as universidades africanas não geravam suficiente “retorno”. Consequentemente impôs aos países africanos que deixassem de investir na universidade, concentrando os seus poucos recursos no ensino primário e secundário e permitissem que o mercado global de educação superior lhes resolvesse o problema da universidade (ALMEIDA FILHO; SANTOS, 2008, p.23).

No Brasil, esta realidade se repete, de certo modo, apresentando-se um quadro complexo em que interagem aspectos relacionados com a insuficiência e má-distribuição de

recursos públicos e a tendência ao fortalecimento do ensino privado. Isso ocorre por conta do aumento da demanda do ensino superior e do crescente interesse de empresas que investem na implantação de escolas, faculdades e universidades particulares, que muitas vezes se limitam a formação de pessoal; constituindo-se em “escolas de terceiro grau” que não desenvolvem plenamente as funções de pesquisa e extensão, reafirmadas no capítulo IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1996 (2010, p.35):

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

Nos últimos anos, entretanto, de acordo com Almeida Filho (2008), a universidade pública vem fazendo alianças com fundações, para garantir o exercício de suas funções. Mais recentemente, a aprovação e implantação do REUNI, a partir de 2006, veio contribuir para a introdução de inovações, a exemplo de propostas de mudanças no modelo de formação, através da implantação do regime de ciclos, com a criação dos cursos de Bacharelado Interdisciplinar em várias Universidades.

Além disso, tem ocorrido a implantação de novos cursos, e do enfatizado o desenvolvimento de pesquisas, envolvendo professores e alunos da graduação – através da expansão do número de bolsas de Iniciação Científica, e, principalmente nos antigos e novos Programas de pós-graduação. Busca-se assim, que a universidade pública torne-se o centro de gravidade do processo de produção e difusão de conhecimentos e tecnologias, de modo a contribuir mais intensamente para o desenvolvimento econômico, cultural e social:

A universidade renovada terá que avançar além do desenvolvimento moral (como a universidade escolástica), do desenvolvimento cultural (como a universidade de arte-cultura), e do desenvolvimento econômico (como a universidade de pesquisa), para alcançar o verdadeiro desenvolvimento social sustentável. Isto implica construir uma universidade renovada de fato como uma instituição profundamente comprometida na produção crítica do conhecimento como um elevado valor humano (ALMEIDA FILHO; SANTOS, 2008, p. 173).

Nessa perspectiva, coloca-se como desafio a renovação e aperfeiçoamento dos projetos de “extensão universitária”, de modo a que se articulem a projetos de ensino e pesquisa, bem como se vinculem a processos de formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento de necessidades e enfrentamento de problemas de grupos populacionais prioritários. Esse é o caso de um projeto de extensão desenvolvido no período 2007 a 2012

pela escola de Nutrição da UFBA⁵, na área de Alimentação Escolar, articulado ao processo de implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Isso não quer dizer, entretanto, que o tema não estivesse sendo discutido no âmbito acadêmico, uma vez que a preocupação com a nutrição da população em geral data dos anos 30-40, podendo-se supor que nesse contexto pode ter havido alguma preocupação com a alimentação das crianças em idade escolar, conforme Spinelli & Canesqui (2003, p. 107). No entanto, só em 1955, com a Campanha da Merenda Escolar (CME), as atenções direcionaram-se para esta realidade, de forma mais definida, aliada à Comissão Nacional de Alimentação. Neste período, houve uma atuação da Campanha apenas nos estados de Pernambuco, Bahia, Pará e Espírito Santo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁶, elaborado em 1955, trouxe modificações com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional, com medidas que não contemplavam a realidade específica de cada região, como descreve o Marco de Referências de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Neste período o Programa Nacional de Alimentação Escolar “funcionou com doações do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e, portanto, com o oferecimento aos escolares de alimentos alheios aos hábitos e à cultura alimentar brasileira” (BRASIL, 2012, p.5). Somente em meados de 1980 o programa assume a responsabilidade tríplice de promoção à saúde, produção de conhecimentos e de aprendizagem escolar (BRASIL, 2012; SANTOS, 2005). Mais recentemente, a equipe dirigente do Programa decidiu estabelecer parcerias com a Universidade visando ampliar a cobertura da capacitação de pessoal, especificamente os agentes que atuam nas escolas públicas, envolvidos na execução das ações programáticas. Nessa perspectiva insere-se o trabalho desenvolvido pelo CECANE-UFBA, que se responsabilizou pela capacitação de pessoal das escolas públicas de primeiro grau, nos Estados da Bahia e de Sergipe.

Considerando a relevância do trabalho realizado pelo CECANE-UFBA, foi feito um estudo de caso, em um município selecionado, sobre a percepção dos atores do PNAE acerca da capacitação recebida⁷. Antecedendo a pesquisa empírica, decidiu-se realizar uma revisão

⁵CECANE-UFBA - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar – Região Nordeste – Bahia e Sergipe, um Programa de Extensão e Pesquisa interdepartamental e multidisciplinar, executado pela Escola de Nutrição da UFBA, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC. O CECANE foi instituído através da Resolução 019/2005 do FNDE, e por meio de um Convênio de Cooperação Técnica entre o FNDE e algumas Universidades.

⁶ O PNAE é um programa do Ministério da Educação, que tem o objetivo de complementar a alimentação dos alunos, contribuindo para que permaneçam na escola, tenham bom desempenho escolar e bons hábitos alimentares.

⁷ Ver artigo 2, nesse documento

bibliográfica sobre o tema – Alimentação Escolar – na base de dados bibliográficos Scielo, com o objetivo de mapear a produção científica e identificar as questões que vem sendo estudadas pelos diversos pesquisadores, tendo em vista a construção do referencial teórico-metodológico da referida investigação. Esse artigo descreve a metodologia que foi empregada para a realização desta revisão e os resultados derivados da leitura dos 77 trabalhos encontrados, em especial dos 26 selecionados, discutindo as características e tendências dessa produção quanto à distribuição por ano, por periódico, área temática e abordagens metodológicas utilizadas pelos diversos pesquisadores.

METODOLOGIA

A revisão bibliográfica tomou como ponto de partida uma seleção dos resumos de trabalhos a partir da escolha do descritor “Alimentação Escolar”, identificado na BIREME (DECS), como “provisão de refeição ou lanche para crianças durante o período escolar, visando à melhoria da dieta doméstica e de seu desempenho escolar”. Em seguida, foi efetuada uma busca sistemática por trabalhos registrados na base Cochrane e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), que tivessem incluído este termo em suas palavras-chave, sem discriminação prévia das revistas por área de conhecimento.

Considerando que a base Scielo começou a ser organizada no ano de 1974, decidimos tomar este ano como momento inicial e tratamos de recuperar os trabalhos registrados nesta base que abordam o tema “Alimentação Escolar”. Desse modo foram identificadas 77 publicações no período 1974 a 2012, das quais foram extraídas os resumos.

Os 77 resumos foram lidos, de modo a se identificar as seguintes variáveis: a) ano de publicação; b) revista onde o trabalho foi publicado; c) temática abordada. Com base na variável “ano de publicação”, procedendo-se, inicialmente, a construção de um gráfico que evidencia a evolução temporal da produção científica sobre o tema. Em seguida foi feita a distribuição dos trabalhos segundo a Revista em que foram publicados.

Posto isso, foi feita uma nova leitura dos resumos buscando-se identificar os temas abordados, o que permitiu uma classificação do conjunto de resumos segundo “Áreas temáticas”. Cabe registrar que cada revista faz sua própria classificação, daí que, inicialmente, tratamos de agrupar os resumos seguindo a classificação atribuída pelas revistas, como a leitura do conteúdo dos resumos revelou, em vários casos, a similitude temática entre trabalhos classificados de forma diferente pelas revistas, reagrupamos os trabalhos segundo as seguintes “áreas temáticas”:

a) **PNAE**: trabalhos que tratam exclusivamente do Programa Nacional de Alimentação Escolar, quer discutindo sua inserção na área de Políticas Públicas quer analisando aspectos específicos de sua implantação, a exemplo da Gestão e descentralização do Programa;

b) **Alimentação de Pré-escolares**: trabalhos que abordam especificamente aspectos ligados à alimentação de crianças em idade pré-escolar, a maioria dos quais realizados com base em dados obtidos em creches;

c) **Educação Alimentar e Nutricional/Hábitos alimentares**: trabalhos que tratam de aspectos relacionados com a Educação alimentar, a maioria problematizando hábitos alimentares em crianças de diversas faixas etárias;

d) **Clinica da Nutrição infantil**: inclui trabalhos que analisam distúrbios alimentares em crianças, a exemplo de obesidade, desnutrição, anemias, etc.

e) **Ciência e Tecnologia de Alimentos**: trabalhos que abordam processos de produção industrial e modificação genética de alimentos voltados à população infantil/escolares;

f) **Outros**: trabalhos que não se enquadram nas categorias acima.

Do total de resumos, foram selecionados os 26 trabalhos que tratam especificamente do PNAE, os quais foram submetidos a uma análise de conteúdo, buscando-se identificar a fundamentação teórica (conceitos que foram adotados no estudo) e a metodologia adotada (sujeitos do estudo, abordagens e instrumentos) pelo(s) autor(es).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evolução Quantitativa da Produção sobre Alimentação Escolar 1974/2012

A distribuição temporal dos 77 resumos de trabalho que tratam da Alimentação Escolar ao longo do período 1974-2012 não foi homogênea, o que estimulou a delimitação de sub-períodos, levando-se em conta o contexto político geral, o processo de Reforma sanitária e a construção do Sistema Único de Saúde (PAIM, 2008; TEIXEIRA; SOUZA; PAIM, 2014), e, em particular, os acontecimentos históricos que marcaram a trajetória da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Desse modo, foram identificados os seguintes sub-períodos: a) 1974-1979, correspondente ao momento em que se configura uma crise do setor saúde, acompanhada da elaboração de programas de extensão de cobertura voltados para a população pobre das áreas rurais e das periferias das grandes cidades, entre os quais o PRONAN- Programa nacional de Alimentação e Nutrição (CHAVES *et al.*, 2009); b) o período seguinte estende-se de 1980 a 1985, momento em que foram elaboradas as Ações Integradas de Saúde (AIS), como resposta

à crise da previdência social, estratégia que deu início ao processo de reorganização dos serviços públicos de saúde (PAIM, 2008); c) o terceiro momento inicia em 1986 e se estende até 2002, cobrindo a segunda metade dos anos 80, quando se criou assim as condições para a implantação do SUDS - Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde e se desdobra durante a década de 90 na construção do SUS, até 2002; d) em seguida, o período 2003-20012, corresponde aos governos Lula e Dilma, quando a problemática relacionada com a Alimentação e Nutrição volta a integrar a agenda política e se investe, entre outras medidas na elaboração e implementação do PNAE.

Tabela 1 Evolução quantitativa da produção sobre Alimentação Escolar 1974/2012

| PERÍODO | Nº | % |
|----------------|-----------|--------------|
| 1974/1979 | 3 | 3,9 |
| 1980/1985 | 12 | 15,6 |
| 1986/2002 | 6 | 7,8 |
| 2003/2012 | 56 | 72,7 |
| TOTAL | 77 | 100,0 |

Fonte: Scielo.

Já em 1974, ano de criação da Scielo, aparece uma publicação sobre o tema “Alimentação Escolar”, sendo que, até 1979, aparecem somente mais duas publicações (Gráfico 1), em que pese o fato deste período ter sido o cenário de elaboração do PRONAN –I (SANTOS, 2007). No período entre 1980 e 1985 houve um aumento significativo da produção, o que pode estar relacionado com certa defasagem entre o tempo político, de implantação do Programa e o “tempo acadêmico”, de elaboração, execução e publicação de trabalhos científicos que tomaram este tema como objeto⁸.

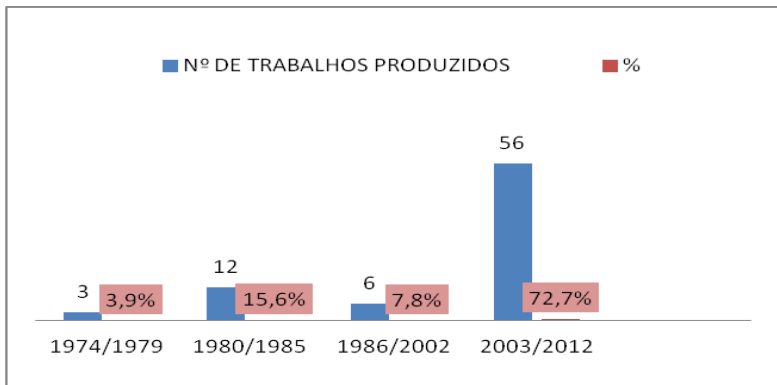
Esse interesse pelo tema declinou significativamente no período seguinte (1986- 2002), observando-se apenas a publicação de 6 trabalhos, em um período que recobre a conjuntura em que ocorreu o debate em torno do SUS e os esforços de institucionalização dessa proposta, durante os Governos Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, apesar das condições econômicas e políticas desfavoráveis (TEIXEIRA; SOUZA; PAIM, 2014)

Somente a partir de 2003 observa-se uma tendência ao aumento no número de trabalhos publicados, o que possivelmente está relacionado com o incremento do interesse pela

⁸ A comprovação dessa hipótese exigiria uma análise mais detalhada do conteúdo dos trabalhos publicados nesse período e sua relação com a implementação das Políticas governamentais.

formulação de políticas de alimentação escolar, concomitante à elaboração e implantação de programas de alimentação e nutrição, voltados a grupos específicos da população (SANTOS, 2007).

Gráfico 1: Evolução temporal da produção científica sobre Alimentação Escolar, 1974-2012



Fonte: Scielo

De fato, a partir de 2003 no Brasil, diversos artigos publicados apontam a necessidade de uma política de alimentação escolar, com cobertura universal, voltada ao atendimento das necessidades nutricionais desse contingente populacional. Provavelmente, como um dos efeitos desse interesse renovado pelo tema, verifica-se um aumento expressivo no número de trabalhos publicados no período de 2003 a 2012 que corresponde a 72,7% do total produzido em 38 anos.

Análise da Distribuição dos resumos por periódicos/área de conhecimento

A maioria dos artigos que abordam a Alimentação Escolar foi publicada em revistas das áreas de Saúde Pública/Coletiva (39,0%), sendo que a distribuição destes trabalhos foi bastante diversificada, ou seja, foram publicados na Revista de Saúde Pública – SP (18), Cadernos de Saúde Pública - ENSP-RJ (03), Ciência e Saúde Coletiva – ABRASCO (04), Saúde e Sociedade – SP (03), Revista Brasileira de Epidemiologia – SP (01), Interface – SP (01), chamando a atenção o fato de que não encontramos nenhum trabalho publicado na Revista Baiana de Saúde Pública, o que provavelmente reflete o interesse dos pesquisadores em encaminharem seus trabalhos para revistas de maior veiculação. (Tabela 2).

Em segundo lugar aparece a Revista da área de Nutrição (24) que soma 31,2% do total de trabalhos, o que revela certa concentração de trabalhos nesta área, embora um número um pouco maior tenha sido publicado nas revistas de Saúde Pública/Coletiva.

Um proporção menor de trabalhos foi publicado em outras revistas da área de Saúde, cerca de 16,8%, principalmente em revistas da área de Pediatria-Revista Paulista Pediatria, J. Pediatria (RJ), sendo que o restante da produção (13,0%) foi publicado em revistas de outras áreas, a exemplo da área de Engenharia de Alimentos (Ciência e Agrotecnologia-MG, Revista Brasileira de Fruticultura-SP, Ciências e Tecnologias de Alimentos-SP); Educação (Revista Brasileira de Educação Especial e Revista Brasileira de Educação-SP); Ciências Humanas (Revista de Economia e Sociologia Rural-DF) e outras.

Tabela 2 Distribuição dos resumos por periódicos/área do conhecimento

| REVISTAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO | Nº | % |
|------------------------------------------|-----------|--------------|
| Revistas de Saúde Pública/Coletiva | 30 | 39,0 |
| Revista de Nutrição | 24 | 31,2 |
| Outras revistas da área de saúde | 13 | 16,8 |
| Revistas de Outras áreas | 10 | 13,0 |
| TOTAL | 77 | 100,0 |

Fonte Scielo: Elaborada pelo autor, 2013.*Destacamos a relevância respectivamente das Revistas de Saúde Pública e Revista de Nutrição, ambas concentram quase que a totalidade dos trabalhos publicados.

Esses dados de certa forma são esperados, na medida em que a maioria dos trabalhos sobre o tema versa sobre aspectos relacionados à implantação, gestão e descentralização do PNAE, assunto de interesse dos profissionais de saúde pública/coletiva, bem como tratam de questões relacionadas com aspectos clínicos e sociais da alimentação e nutrição infantil e demais faixas etárias. Chama a atenção, entretanto, o fato de que existam publicações em revistas de outras áreas, o que provavelmente deriva do interesse de pesquisadores da área de Engenharia de alimentos pelo tema, bem como do interesse de pesquisadores da área de Educação e Ciências Sociais, envolvidos, direta ou indiretamente com ações de Educação nutricional e estudos sobre Hábitos alimentares.

Distribuição dos Resumos por Subárea Temática

Conforme explicitado na metodologia, os resumos dos artigos foram distribuídos em subáreas temáticas, como pode ser visualizado na Tabela 3.

Tabela 3 - Classificação dos resumos por subárea temática

| SUB ÁREA TEMÁTICA | Nº | % |
|------------------------------------------------------|-----------|--------------|
| Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | 26 | 33,8 |
| Alimentação de Pré-escolares | 21 | 26,0 |
| Educação Alimentar e Nutricional/Hábitos Alimentares | 8 | 10,4 |
| Clinica da Nutrição infantil | 7 | 9,1 |
| Ciência e Tecnologia de Alimentos | 3 | 3,9 |
| Outros | 12 | 16,8 |
| TOTAL | 77 | 100,0 |

Fonte Scielo: Elaborada pelo autor, 2013.

Na subárea temática **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, foram incluídos 26 trabalhos (33,8%), que abordam, em sua maioria, aspectos relacionados com a gestão do programa a exemplo da descentralização/centralização bem como o planejamento e execução das atividades nas unidades escolares. Também nesta categoria, encontram-se os artigos que discutem questões relativas às políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e Educação Alimentar e Nutricional, ambas vinculadas ao PNAE.

A subárea temática **Alimentação de Pré-escolares**, vem em segundo lugar, com 21 trabalhos (26%), sendo que a maior parte deles (14) tem como objetivo testar a viabilidade, eficiência e eficácia de um programa desenvolvido pelo Centro de Educação e Alimentação do Pré-Escolar (CEAPEs), do Governo de São Paulo, cujas atividades são supervisionadas pelo Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública, responsável pela autoria destes trabalhos, em colaboração com a Secretaria de Educação e Secretarias Municipais do Estado de São Paulo. Cabe registrar que mesmo sem vinculação direta com o PNAE, estes trabalhos observam as diretrizes da política nacional de alimentação escolar.

Já na subárea temática **Educação Alimentar e Nutricional/Hábitos Alimentares**, foram incluídos 8 trabalhos que tratam de aspectos relacionados com a Educação alimentar, a maioria problematizando hábitos alimentares em crianças de diversas faixas etárias, Na área temática **Clinica da Nutrição infantil**, encontram-se 7 artigos que analisam especificamente distúrbios alimentares em crianças, a exemplo de sobrepeso/obesidade, desnutrição, anemias, diabetes, percepção das crianças e adolescente sobre doenças, bem como o estudo de políticas de nutrição para o controle de obesidade infantil. Neste aspecto, observamos que apesar dos trabalhos serem indexados na temática central como alimentação escolar, abordam apenas questões nutricionais, clínicas e pediatria fora do espaço escolar. Os 3 artigos publicados na subárea temática **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, avaliam a composição e aceitação de produtos elaborados para alimentação humana, especialmente a merenda escolar.

Por fim, identificamos 12 trabalhos que discutem aspectos variados relacionados à alimentação escolar, a exemplo da “maturação biológica para o desenvolvimento sócio-psicomotor da criança” (GANDRA, 1981), “o significado que a criança, na faixa etária de 7 a 12 anos, atribui à saúde e à doença” (MOREIRA; DUPAS, 2003), “a eficácia de técnicas de ensino em motivar a criança em assimilar a importância dos alimentos ricos em vitamina A” (SOUZA; VILAS BOAS, 2004), “análise de fatores socioeconômicos associados à baixa qualidade da alimentação entre crianças” (MOLINA *et al.*, 2010), “verificação da presença de parasitas intestinais em manipuladores de merenda escolar” (COSTA-CRUZ; CARDOSO; MARQUE, 1995), “utilização de jogos educativos na formação de professores de nutrição” (DAVANCO; TADDEI; GAGLIANONE, 2004), “caracterização da formação em saúde pública nos cursos de graduação em Nutrição” (RECINE *et al.*, 2012), “avaliação do Bolsa Família sobre os gastos com alimentos de famílias rurais” (DUARTE; SAMPAIO; SAMPAIO, 2009) e outros.

Análise dos Trabalhos que abordam o PNAE

O PNAE completou, em 2015, 60 anos de existência. Após mais de meio século de funcionamento, o programa está presente em quase todos os municípios brasileiros e é considerado o maior programa de suplementação alimentar do Brasil. Vários autores (Costa, Ribeiro e Ribeiro (2001); Bezerra (2009), Flavio *et al.*, (2008), Belik, Walter e Chaim (2009)), reafirmam a relevância do PNAE, apontando sua abrangência e impacto sobre a melhoria das condições nutricionais dos escolares, expresso no rendimento escolar dos estudantes, bem como na formação de hábitos alimentares saudáveis.

Na análise de conteúdos dos 26 estudos que tratam do PNAE destacou-se os trabalhos que abordam questões relativas à gestão e implementação do programa, a exemplo de Santos *et al* (2007), Gabriel *et al* (2012), Leite *et al* (2011), Muniz e Carvalho (2007) e Santos *et al* (2012), que analisam a constituição, organização institucional e desempenho do programa.

Além destes, destacam-se os estudos realizados no Estado de Mato Grosso no período de 1979 a 1995 de Spinelli e Canesqui (2002; 2004) acerca do processo de implementação descentralizada do programa (municipalização) em Cuiabá, no período de 1993 a 1996, analisando os seguintes aspectos: o período de transição do modelo de gestão centralizada à

descentralizada; as influências das agências federais nas intervenções estaduais; as prioridades e ações das gestões dos governos mato-grossenses⁹.

Embora alguns artigos tratem do tema de forma mais localizada (Sturion, Gilma Lucazechi *et al.*, (2005), Burlandy e Anjos (2007), Triches e Schneider (2010), Gallina et al. (2012)), outros buscam uma abrangência maior, tratando da aplicação do Programa em todo o território brasileiro. Nesse contexto, alguns abordam a gestão do PNAE de forma mais abrangente, tratando da atuação dos Conselhos Municipais criados a partir da Lei nº 8.913 de 12/07/1994¹⁰, “visando a participação de membros da comunidade escolar e da sociedade civil nas questões de interesse do programa” (SANTOS *et al.*, 2007, p. 2683), ou seja, para garantir os encaminhamentos políticos e operacionais do programa.

A esse respeito, Pipitone *et al.* (2003, p. 145) afirmam:

Os Conselhos deveriam ser compostos por representantes do órgão de administração da educação pública, dos professores, dos pais, dos alunos e dos trabalhadores, podendo também incluir representantes de outros segmentos da sociedade local. Essa composição sofreu algumas alterações estabelecidas pela Medida Provisória nº 1979-19, de 2 de junho de 2000, quando então o CAE passou a ser constituído por sete membros: um representante do Poder Executivo, um do Legislativo, dois representantes

⁹ As autoras fazem, no estudo de 2002, um levantamento histórico do processo de desenvolvimento do PNAE, passando pela crise e descentralização, quando são estabelecidos planos e metas pelo governo de Dante de Oliveira. Em seguida, analisam o desempenho do PNAE no período de 1980 a 1995, apontando dados que demonstram o decréscimo no alcance das metas e do número de beneficiários. Já o de Cuiabá (Spinelli & Canesqui, 2004), aborda as características da municipalização da merenda escolar nas suas dimensões organizacionais: dos recursos humanos, da infra-estrutura, dos insumos e das opiniões dos seus agentes implementadores, decisores e beneficiários, para aferir o desempenho do programa (o alcance das metas e objetivos) e a sua eficácia social, além das condições e fatores de êxito ou fracasso da implementação. Um aspecto relevante no estudo de caso do programa municipal em Cuiabá foi a utilização de dados primários (entrevistas e redações de alunos) e secundários. Em ambos os casos os resultados mostram a estreita dependência das intervenções estaduais das federais e o deslocamento do modelo centralizado para o descentralizado. A dinâmica, intensidade e ritmo desta mudança foram influenciados, de um lado, pelas estratégias federais e, de outro, pelas prioridades, grau de anuência e capacidades institucionais dos governos estaduais; desempenhando-se heterogeneamente o programa, quanto ao número de municípios, dias letivos cobertos, clientela atendida, gastos e alimentos consumidos per capita/ano e modalidades de descentralização. As autoras concluem que a descentralização da merenda ocorrida no município foi mista, resultando na fragmentação do programa quanto ao atendimento às redes de ensino (estadual e municipal). A cobertura da clientela foi ampla, detectando-se, porém problemas na qualidade, no controle e na supervisão da alimentação. Os problemas institucionais persistentes, no entanto, não minimizaram a importância do programa para gestores, diretores e usuários.

¹⁰ O exercício do mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante. Os conselheiros são nomeados por ato legal, de acordo com as constituições estaduais e leis orgânicas do Distrito Federal e municípios. É muito importante que as pessoas sejam escolhidas e indicadas pelo grupo que representam. Os responsáveis pela execução do programa devem acatar as indicações dos grupos representados. O Conselho deve ter um presidente e um vice-presidente, eleitos entre os membros titulares. O representante do Poder Executivo não deve ser escolhido para essa tarefa. Composição do CAE: 1 representante do poder executivo; 2 representantes de entidades de docentes, discentes e trabalhadores na área de educação; 2 representantes de pais de alunos; e 2 representantes indicados por entidades civis organizadas.

dos professores, dois de pais de alunos e um representante de outro segmento da sociedade.

Apesar da existência de trabalhos que abordam a gestão e implementação do PNAE, são poucas as pesquisas avaliativas, bem como não foram encontrados trabalhos que abordem a contribuição da Universidade, através dos seus departamentos de Nutrição, para o desenvolvimento do PNAE. Ou seja, mesmo ocupando um lugar de destaque entre as políticas sociais, o PNAE não tem sido alvo de avaliações contínuas, que permitam reorientá-lo, reformulá-lo ou reforçá-lo, de maneira a otimizar os recursos utilizados, principalmente pelos gestores municipais que operacionalizam o programa, nem tem sido discutido na perspectiva da articulação Universidade-Sociedade, ou melhor, na perspectiva da articulação Ensino-Pesquisa e Extensão.

Dentre as poucas pesquisas que avaliam o programa, cabe citar o artigo de Canine e Ribeiro (2007), que chama a atenção para que as ações do Programa de Alimentação Escolar tem se resumido, muitas vezes, ao fornecimento de lanches ou refeições no intervalo das atividades escolares. As autoras, entretanto, indicam possibilidades, que podem ser usadas pelo nutricionista responsável pelo Programa, para desenvolver atividades educativas em nutrição, visando à promoção da saúde da comunidade escolar.

Nessa perspectiva, outros trabalhos enfatizam a importância de se aproveitar os espaços escolares para discutir fatores condicionantes dos hábitos alimentares, bem como fatores que influem na produção, distribuição e acesso aos alimentos. De acordo com Schimitz et al. (2008), Chaves (2009), Paiva, Freitas e Santos (2012), considerar todas as atividades escolares como educativas, favorece a integração dos funcionários, escolares e familiares que atuam nesse ambiente, incluindo merendeiras e nutricionistas; conselheiros, gestores escolares e coordenadores pedagógicos. Para Teo e Monteiro (2012), Mello *et al.* (2012), Goulart (2010), Santos (2012), Rodrigues (2007), Carvalho (2008), Fiore *et al.* (2012) promover oportunidades para discutir as condições de saúde no local de trabalho contribui para a produção de conhecimentos e para o desenvolvimento de práticas educativas contínuas, essencial nesses tempos de rápidas transformações nas condições de vida, trabalho, alimentação e nutrição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura sobre Alimentação Escolar evidencia que apesar deste tema ter sido incluído na agenda política desde os anos 50 do século passado, o interesse da

comunidade científica vem aumentando nos últimos 15 anos, especialmente por conta da implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - o PNAE. Os estudos realizados têm sido divulgados em um conjunto heterogêneo de publicações da área da saúde e também em publicações de outras áreas, evidenciando a multiplicidade de aspectos a serem analisados nesta temática, que abarca dimensões políticas, administrativas, educacionais, epidemiológicas, clínicas e tecnológicas relacionadas com a produção, distribuição e utilização de alimentos pela comunidade escolar.

Dos estudos que abordam particularmente a criação e implantação do PNAE, destacam-se os que abordam problemas relativos ao processo de descentralização da gestão, bem como a participação social monitoramento e avaliação do programa. Entretanto, são escassos as pesquisas avaliativas, embora a maioria dos autores defenda a relevância e o possível impacto positivo do Programa sobre o rendimento escolar e a melhoria das condições de saúde dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar de; SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade do Século XXI: Para uma Universidade Nova**, Coimbra: Almedina, 2008.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2007.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria Abrahão. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. Nutr. [online]**. v. 22. n. 5, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732009000500001>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

BEZERRA, José Arimatea Barros. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Rev. Bras. Educ. [online]**. v.14. n. 40, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782009000100009>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

BRANDAU, Ricardo; MONTEIRO, Rosângela; BRAILE, Domingo M. Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos. **Rev.bras. cir. Cardiovascular [online]**. v. 20. n.1, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-76382005000100004>> Acesso em: 25 Fev. 2013.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 5. Ed. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 26 Fev. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BURLANDY, Luciene; ANJOS, Luiz Antonio dos. Acesso à alimentação escolar e estado nutricional de escolares no Nordeste e Sudeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública [online]**. v. 23. n.5, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007000500023>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

CANINE, Emília Santos; RIBEIRO, Victoria Maria Brant. A prática do nutricionista em escolas municipais do Rio de Janeiro: um espaço-tempo educativo. **Ciênc. Educ. (Bauru) [online]**. v.13. n.1, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-73132007000100004>>. Acesso em: 26 Fev. 2013.

COSTA, Ester de Queirós; RIBEIRO, Victoria Maria Brant; RIBEIRO, Eliana Claudia de Otero. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Rev. Nutr. [online]**. v.14. n.3, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732001000300009>>. Acesso em: 26 Fev. 2013.

COSTA-CRUZ, Julia Maria; CARDOSO, Margareth Leitão Gennari; MARQUES, Daldy Endo. Intestinal parasites in school food handlers in the city of Uberlândia, Minas Gerais, Brazil. **Rev. Inst. Med. trop. S. Paulo**, São Paulo, v. 37, n. 3, Jun. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-46651995000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

CHAVES, Lorena Gonçalves; MENDES, Paula Nascente Rocha; BRITO, Rafaela Ribeiro de & BOTELHO, Raquel Braz Assunção. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Rev. Nutr. [online]**. v.22. n.6, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732009000600007>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

DAVANCO, Giovana Mochi; TADDEI, José Augusto de Aguiar Carrazedo; GAGLIANONE, Cristina Pereira. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 17, n. 2, Jun 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732004000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

DUARTE, Gisléia Benini; SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 47, n. 4, Dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

IORE, Elaine Gomes; JOBSTRAIBIZER, Gabriela Alsleben; SILVA, Camila Souza da; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria. Abordagem dos temas alimentação e nutrição no material didático do ensino fundamental: interface com segurança alimentar e nutricional e parâmetros curriculares nacionais. **Saúde soc. [online]**. v. 21, n.4. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000400023>> Acesso em: 04 Mar. 2013.

FLAVIO, Eliete Fernandes et al. Avaliação da alimentação escolar oferecida aos alunos do ensino fundamental das escolas municipais de Lavras, MG. **Ciênc. agrotec.**, Lavras, v.

32, n. 6, Dez. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-70542008000600029&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Fev. 2013.

GABRIEL, Cristine Garcia; COSTA, Larissa da Cunha Feio; CALVO, Maria Cristina Marino & VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Planejamento de cardápios para escolas públicas municipais: reflexão e ilustração desse processo em duas capitais brasileiras. **Rev. Nutr. [online]**. v. 25. n. 3. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732012000300006>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

GALLINA, Luciara Souza et al . Representações sobre segurança alimentar e nutricional nos discursos de um Conselho de Alimentação Escolar. **Saúde soc.**, São Paulo , v. 21, n. 1, Mar. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Fev. 2015.

GOULART, Rita Maria Monteiro; BANDUK, Maria Luiza Sampaio and TADDEI, José Augusto de Aguiar Carrazedo. Uma revisão das ações de nutrição e do papel do nutricionista em creches. **Rev. Nutr. [online]**. v. 23. n.4. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732010000400015>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

GANDRA, Yaro Ribeiro. O pré-escolar de dois a seis anos de idade e o seu atendimento. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 15, supl. Dez. 1981. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101981000700002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

LEITE, Catarina Lima et al. Formação para merendeiras: uma proposta metodológica aplicada em escolas estaduais atendidas pelo programa nacional de alimentação escolar, em Salvador, Bahia. **Rev. Nutr. [online]**. v. 24. n. 2. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732011000200008>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

MELLO, Adriana Lima et al. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. **Rev. Nutr. [online]**. v. 25, n.1. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732012000100011>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

MOLINA, Maria del Carmen Bisi et al . Preditores socioeconômicos da qualidade da alimentação de crianças. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 44, n. 5, Out. 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102010000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

MOREIRA, Patrícia Luciana; DUPAS, Giselle. Significado de saúde e de doença na percepção da criança. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 11, n. 6, Dez. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692003000600009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

MUNIZ, Vanessa Messias & CARVALHO, Alice Teles de. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Rev. Nutr. [online]**. v.20. n.3. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732007000300007>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

PAIM, Jairnilson S. et al. O Sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **The Lancet**, maio 2011, p. 11-31. www.thelancet.com

PAIM, Jairnilson S. **Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica.** EDUFBA/FIOCRUZ, Salvador, Rio de Janeiro, 2008, 355 p.

PAIVA, Janaína Braga de; FREITAS, Maria do Carmo Soares de; SANTOS, Lígia Amparo da Silva. Hábitos alimentares regionais no Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo qualitativo em um município do sertão da Bahia, Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 25, n. 2, Abr. 2012

RECINE, Elisabetta et al. A formação em saúde pública nos cursos de graduação de nutrição no Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 25, n. 1, Fev. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732012000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Fev. 2015.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Universidade e a Vida Atual. Fellini não via filmes.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920 a 1950): políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. **An. Mus. Paul. [online]**. v.15. n. 2. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142007000200019>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade.** São Paulo: Cortez editora, 1999.

SANTOS, Leonor Maria Pacheco et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: **Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cad. Saúde Pública [online]**. v.23. n.1. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001100016>>. Acesso em: 26 Fev. 2013.

SANTOS, Lígia Amparo da Silva. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Revista de Nutrição*, Campinas, 18(5): 681-692, set./out. 2005.

SANTOS, Lígia Amparo da Silva et al. O nutricionista no programa de alimentação escolar: avaliação de uma experiência de formação a partir de grupos focais. **Rev. Nutr. [online]**. v. 25. n.1. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732012000100010>>. Acesso em: 26 Fev. 2013.

SCHMITZ, Bethsáida de Abreu Soares et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cad. Saúde Pública [online]**. v. 24. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008001400016>>. Acesso em: 26 Fev. 2013.

SPINELLI, Maria Angélica dos Santos; CANESQUI, Ana Maria. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). **Rev. Nutr. [online]**. v.15, n.1. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732002000100011>>. Acesso em: 26 Fev. 2013.

SPINELLI, Maria Angélica dos Santos & CANESQUI, Ana Maria. Descentralização do Programa de Alimentação Escolar em Cuiabá: 1993-1996. **Rev. Nutr. [online]**. v. 17. n.2.

2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732004000200002>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

STURION, Gilma Lucazechi et al. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Rev. Nutr. [online]**. v.18. n.2. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732005000200001>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

SOUZA, Walnéia Aparecida de; VILAS BOAS, Olinda Maria Gomes da Costa. Orientação sobre o uso de vitamina A na saúde escolar: comparação de técnicas pedagógicas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Fev. 2015.

TEIXEIRA, C. F.; SOUZA, L. E.; PAIM, J. S. Sistema Único de Saúde, a difícil construção de um sistema universal na sociedade brasileira, IN: ALMEIDA FILHO, N; PAIM, J. S. (orgs). **Saúde Coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: MEDBOOK, 2014, p. 121-37.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; MONTEIRO, Carlos Augusto. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. **Rev. Nutr. [online]**. v.25. n. 5. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732012000500010>> . Acesso em: 04 Mar. 2013.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde soc. [online]**. v.19. n.4. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>>. Acesso em: 04 Mar. 2013.

ARTIGO 2

**ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS “ATORES” DO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, 2009-2012**

ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS “ATORES” DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, 2009-2012

Raimundo Manoel Jesus Filho¹¹
Carmen Fontes de Souza Teixeira¹²

Resumo

O Centro Colaborador de Alimentação do Nordeste - CECANE-UFBA é um Programa de Extensão e Pesquisa interdepartamental e multidisciplinar, executado pela Escola de Nutrição da UFBA, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC. Constitui-se em uma instância que articula a Universidade, a Comunidade Escolar e PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, em uma relação parceira que tem como objetivo prestar apoio técnico e operacional aos estados e municípios na implementação da alimentação saudável nas escolas, incluindo a capacitação de profissionais de saúde e de educação, merendeiros, cantineiros, conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais interessados. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de formação dos atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar implementado pelo CECANE. A metodologia incluiu revisão dos documentos elaborados no período. 2009-2012 e um estudo de caso acerca do processo de formação dos atores do PNAE em um município selecionado. A descrição do processo de elaboração deste projeto revelou a iniciativa do CECANE em obter recursos do FNDE para o desenvolvimento dessa proposta, bem como a capacidade de articulação de uma equipe gestora e técnica que envolveu centenas de gestores municipais dos estados da Bahia e de Sergipe visando a implementação do projeto. A análise dos documentos evidenciou que as metas propostas foram ultrapassadas, alcançando um total de 1732 participantes, entre nutricionistas, coordenadores pedagógicos, gestores municipais e conselheiros municipais da área de Educação. O estudo de caso revelou que, apesar da carga horária limitada (24h), os entrevistados foram unânimes em considerar o impacto positivo da formação, apontando melhorias tanto na gestão do programa no município, quando nas ações desenvolvidas nas unidades escolares, além do que, apontaram avanços na articulação intersetorial e na mobilização comunitária em torno do tema.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Formação de recursos humanos em saúde; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Extensão universitária; Políticas Públicas.

¹¹ Mestrando Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – EISU-UFBA, email: raimundomanoel@yahoo.com.br.

¹² Doutora em Saúde Pública. Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA e docente do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. carment@ufba.br

ABSTRACT

The Northeast Power Collaborating Centre - CECANE-UFBA is an interdepartmental Outreach Program and Research and multidisciplinary, run by the Federal University of Bahia School of Nutrition, in partnership with the National Fund for Education Development - ENDF / MEC. It constitutes an instance that articulates the University, the School Community and PNAE - National School Feeding Program in a partner relationship that aims to provide "technical and operational support to states and municipalities in the implementation of healthy eating in schools, including the training of health and education professionals, merendeiros, cantineiros, school feeding counselors and other professionals interested." The objective of this study is to analyze the process of formation of the actors of the National School Feeding Programme implemented by the CECANE, The methodology included review of documents produced during the period. 2009-2012 and a case study on the process of training of PNAE actors in a selected city. The description of the preparation of this project has shown the initiative of CECANE getting FNDE resources for the development of this proposal and the joint capacity of a management and technical team that involved hundreds of municipal managers of the states of Bahia and Sergipe order project implementation. The analysis of the documents showed that the proposed targets were exceeded, reaching a total of 1732 people, including nutritionists, coordinators, municipal managers and municipal councilors Education Area. The case study revealed that, despite the limited hours (24h), respondents were unanimous in considering the positive impact of training, pointing improvements in both program management in the city, when the actions developed at schools, in addition, showed progress in intersectoral coordination and community mobilization around the theme.

Keywords: School feeding; Training of human resources in health; National School Feeding Programme; University Extension; Public Policy

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 afirma, em seu art. 208 incisos IV e VII, que a alimentação escolar¹³ é dever do Estado e direito humano e social de toda criança e adolescente que frequentem a educação infantil e o ensino fundamental (BRASIL, 2009a). Nessa perspectiva foi elaborado, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, em 2006, o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, posteriormente transformado em lei. Segundo este documento, o Programa tem por objetivo

[...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional, e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009,p.2).

A implantação do PNAE vem se dando através do estabelecimento de parcerias interinstitucionais em todo o país, envolvendo as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e de Saúde, bem como unidades acadêmicas vinculadas a Universidades públicas que se responsabilizam, entre outras atividades, por prestar assessoria, científica, técnica e operacional ao FNDE, estados e municípios quanto a qualificação e execução do PNAE, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.

Na UFBA, a Escola de Nutrição integra esse processo, através do desenvolvimento, desde 2006 (BRASIL, 2005), de um Programa de Extensão e Pesquisa interdepartamental e multidisciplinar, que contemplou a organização do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar – Região Nordeste – Bahia e Sergipe (CECANE-UFBA) em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC¹⁴ (BRASIL, 2006).

O CECANE-UFBA executa projetos relacionados à formação, pesquisa e assessoria técnica aos municípios vinculados às ações do Programa de alimentação e nutrição dos escolares na rede públicas de ensino (BAHIA, 2009a). Também desenvolve ações de apoio, melhoria da qualidade de gestão e controle social do programa, através de cursos de capacitação de profissionais de educação, merendeiras, conselheiros de alimentação escolar, gestores escolares e coordenadores pedagógicos.

¹³ Entende-se por Alimentação escolar como política de atendimento ao direito do aluno receber o alimento durante sua permanência na escola, em face de seu metabolismo e características fisiológicas. De acordo com a legislação do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), “a alimentação escolar é toda alimentação realizada pelo estudante durante o período em que se encontra na escola” (BRASIL, 2005, ANEXO I p. 4).

¹⁴ O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

As atividades desenvolvidas pelos centros colaboradores, como o CECANE, incluem ainda estágios extra-curriculares e o desenvolvimento de projetos de extensão e de iniciação científica vinculadas ao PNAE, envolvendo acadêmicos das diversas áreas de conhecimento (pedagogos, sociólogos, nutricionistas, contadores, advogados e agrônomos). Desde 2008, este Centro vem atuando na formação dos “atores” do PNAE em vários municípios dos Estados do Nordeste (BAHIA, 2009a). Cabe registrar que o Programa considera “atores”, os profissionais e trabalhadores das áreas de Saúde e de Educação envolvidas na preparação, distribuição e controle dos alimentos oferecidos às crianças das escolas cadastradas, incluindo nutricionistas, conselheiros, coordenadores pedagógicos e o gestor das escolas onde o programa é implantado.

O CECANE/UFBA, portanto, constitui-se em uma instância que articula e integra saberes e práticas institucionais com diferentes identidades, a exemplo da Universidade, da Comunidade Escolar e do PNAE, em uma relação de parceria que tem como objetivo qualificar os atores responsáveis pela execução desta Política Pública, gerando avanços institucionais na medida em que estimula transformações no cotidiano acadêmico e na gestão do programa.

No período de 2009-2012, o CECANE elaborou um plano de metas para atuar somente nos Estados da Bahia e Sergipe, cuja execução contemplou a realização de um conjunto de atividades de formação dos atores do programa, em 348 municípios em diversos territórios da Bahia e Sergipe. No ano de 2009, a meta prevista foi capacitar 50 nutricionistas, 150 conselheiros, 90 merendeiros, 90 coordenadores pedagógicos e gestores escolares, 40 coordenadores da alimentação escolar e 12 monitores. No plano de trabalho do CECANE – UFBA, para o período de 2010-2012, programou-se a formação de 350 conselheiros; 180 (cento e oitenta) nutricionistas; 200 merendeiros; 200 (duzentos) coordenadores pedagógicos e gestores escolares; além da participação de 150 coordenadores da alimentação escolar nos estados da Bahia e Sergipe (BAHIA, 2009a).

A experiência acumulada possibilitou:

[...] ampliar conhecimentos em relação à operacionalização do programa e ao universo da escola, impulsionando o programa a aprimorar a formação dos atores do PNAE promovendo atividades de integração entre os agentes, possibilitando espaços para a escuta dos participantes, facilitando a aproximação e o diálogo entre estes; estimulando a mobilização dos agentes na perspectiva do fortalecimento da categoria, incentivando as parcerias entre os agentes e entre estes e outros setores da educação e saúde (BAHIA, 2009b. p.8).

Entretanto, embora esteja sendo objeto de reflexão por parte dos gestores do Programa, esta experiência demandava uma avaliação externa, que subsidiasse o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido. Tendo em vista a possibilidade de contribuir para este processo, esse tema foi escolhido como tema da pesquisa desenvolvido no curso de mestrado integrante do Programa de Pós graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Considerando a possibilidade de já terem sido realizados trabalhos sobre o tema, o primeiro passo foi a revisão bibliográfica na base Scielo, utilizando como descritores o termo “Alimentação escolar”, o que resultou na identificação de 77 artigos relacionados sendo que não foram encontrados pesquisas avaliativas sobre os processos de formação dos “atores” envolvidos no PNAE.

Nessa perspectiva, foi definida como pergunta de investigação a seguinte: Como foi desenvolvido o processo de formação dos “atores” do PNAE, realizado pelo CECANE-UFBA nos Estados de Bahia e Sergipe no período 2009-2012? Para responder a esta questão, foi realizada uma pesquisa acerca da implantação do PNAE nos estados de Bahia e Sergipe, tendo como objetivo central a análise do processo de formação dos atores envolvidos em sua execução, Os objetivos específicos incluem:

- Descrever o processo de formulação e execução do projeto de formação dos atores do PNAE desenvolvido na Escola de Nutrição da UFBA no período 2009-2012.
- Analisar a percepção dos atores acerca da contribuição desse processo para o aperfeiçoamento das ações do PNAE na rede escolar municipal.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para elaborar teoricamente o objeto do estudo se faz necessário estabelecer os conceitos que serão utilizados para definição das categorias de análise, necessárias ao desenvolvimento dessa pesquisa. Para isso, tomamos como ponto de partida a revisão dos estudos sobre políticas públicas.

Souza (2006), em sua revisão da literatura, considera que a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Nesse sentido, propôs uma simplificação e

divisão do processo de construção e desenvolvimento da política pública em sete estágios, a saber: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, término e avaliação.

Já a contribuição de H. Simon (1947) aplica a teoria da escolha racional à tomada de decisões administrativas, definindo três distintas fases neste processo: inteligência, desenho e escolha. Ainda nos anos 1950, Charles Lindblom, outro importante precursor no campo da análise de política, foi um crítico agudo do modelo proposto por Lasswell, acusando-o de ser demasiadamente 'racional', rejeitando a ideia de pensar a política como se esta fosse um processo meramente administrativo e funcional, dividido em 'etapas' estanques. Lindblom questionou a utilidade deste modelo e propôs uma análise que levasse em consideração o poder e a interação entre as fases. Com isso, destacou que o processo político e decisório é um processo interativo e complexo, sem início ou fim (LINDBLOM, 1959).

Finalmente, Easton (1965) define a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Outra definição de Políticas Públicas é apresentada por Guareschi (2004, p. 180), como:

[...] o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

Mais recentemente, outros autores, como Boneti (2007), chamam a atenção para a importância do Estado enquanto um agente que repassa à sociedade civil as decisões saídas do âmbito da correlação de forças travadas entre os agentes do poder. Assim, o autor conceitua políticas públicas, da seguinte forma:

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos (BONETI, 2007, p. 74).

A análise de políticas públicas na área de Saúde vem se tornando uma linha de pesquisa importante nos últimos anos, destacando-se os trabalhos realizados por vários autores que utilizam o referencial do "ciclo da política" para a descrição e análise de processos de formulação e implementação de políticas governamentais nesta área.

Segundo Vianna (1996) os principais autores que fundamentam esta perspectiva são Kingdon (1995) e Kelly e Palumbo (1992) que apontam fases ou etapas que compõem esse

processo, quais sejam: a) **determinação da agenda**, na qual a dinâmica da definição do problema é questão essencial para a compreensão da política pública; b) **formulação e legitimação da política** (seleção de proposta, construção de apoio político, formalização em lei); c) **implementação de políticas** (operacionalização da política em planos, programas e projetos no âmbito da burocracia pública e sua execução); d) **avaliação de políticas** (relato dos resultados alcançados com a implementação das propostas e programas de governo, avaliação dos impactos dos programas e sugestão de mudanças).

Na Bahia, particularmente, este referencial foi adotado por Pinto (2011) no estudo da incorporação à agenda pública da proposta de criação das organizações sociais para a gestão hospitalar, em meados dos anos 90, e vem sendo incorporado e adaptado a estudos sobre a formulação de políticas no âmbito estadual e municipal, a exemplo da Política municipal de Saúde da População negra (ARAÚJO; TEIXEIRA, 2013) e da Política estadual de educação permanente em saúde (PINTO; TEIXEIRA, 2011).

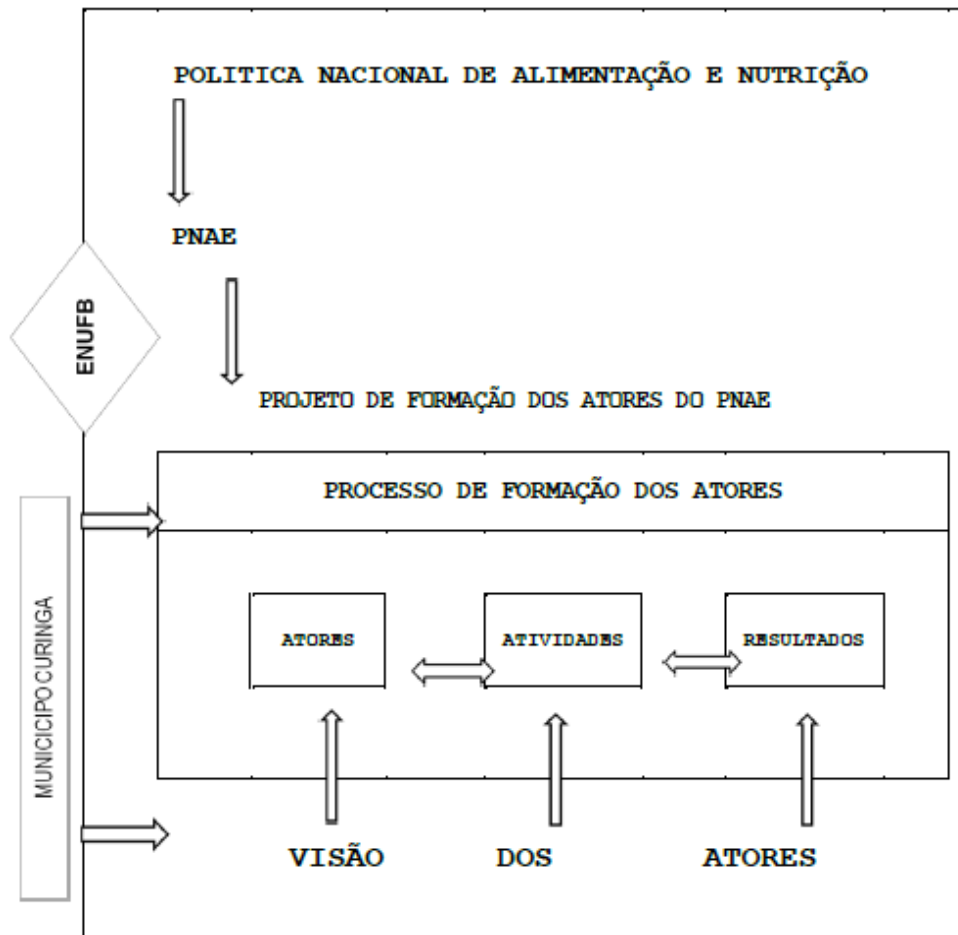
Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar é parte das políticas públicas na área de Alimentação e Nutrição, refletindo a atuação do Estado nesta área, com o propósito de garantir o Direito à Alimentação escolar incluído entre os direitos sociais adotados na CF é importante investigar como vem se dando a implementação das várias linhas de ação desse Programa, inclusive o processo de formação dos atores no âmbito municipal e local.

Nesta perspectiva, decidimos trabalhar com base na adaptação metodológica/teórica feito por Teixeira *et al.* (2010), do modelo analítico de Kingdon, de modo a produzir um enquadramento mais geral do nosso objeto de estudo, qual seja, o processo de formação dos atores do PNAE, processo esse que faz parte da implementação do Programa e portanto, contribui para o alcance dos objetivos gerais da Política. Coerentemente com o modelo adotado e com os objetivos específicos apresentados anteriormente, recortamos o processo de formulação e implementação do projeto de formação dos atores do PNAE, tanto na perspectiva dos docentes e técnicos responsáveis por este processo, quanto na perspectiva dos atores, ou seja, dos participantes das atividades previstas e realizadas durante o processo de formação.

Desse modo, a investigação abarcou a análise do **processo de elaboração do projeto de formação dos atores do programa**, projeto este replicado nos vários municípios, e se concentrará na análise do **processo de formação em si, o qual** inclui um conjunto de **atividades** destinadas à capacitação dos atores, quais sejam oficinas, seminários, encontros, palestras, nos quais se tratava de problematizar as práticas desenvolvidas no âmbito do PNAE

e apresentar e discutir conhecimentos, métodos e técnicas a serem incorporadas a essas práticas. Finalmente será analisada a **percepção dos atores** sobre a contribuição desse processo ao aperfeiçoamento de suas práticas. (Fig.1).

Figura 1- Modelo teórico



3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Desenho e sujeitos do estudo:

Esse estudo foi desenvolvido em duas etapas que correspondem a dois planos de análise: o geral (do projeto de formação dos atores elaborado pelo CECANE-UFBA) e o particular (a visão dos participantes sobre a execução deste projeto em um município selecionado). Constituem sujeitos do estudo dois grupos¹⁵ definidos de acordo com sua inserção no processo, ou seja, os “atores” responsáveis pela elaboração e execução do

¹⁵ Trata-se de dois tipos de Agentes do ensino, os da Academia (da Escola de Nutrição CECANE UFBA) e os do Serviço (participantes da capacitação: coordenadores da alimentação escolar, coordenadores pedagógicos, nutricionistas, conselheiros e merendeiras).

processo de capacitação (coordenadores e técnicos do CECANE) e os atores envolvidos no processo (público-alvo). Do CECANE foram considerados sujeitos do estudo os docentes e técnicos da escola de Nutrição que participaram da elaboração do plano de trabalho e a equipe envolvida na execução e operacionalização do programa no município. No município selecionado foram identificados os seguintes sujeitos: **Nutricionistas**¹⁶ - **Conselheiros**¹⁷ - **Coordenador Pedagógico/Gestor Escolar**¹⁸. Foram selecionados e entrevistados o Responsável técnico pelo programa; dois Conselheiros; dois Coordenadores Pedagógicos, dois Gestores Escolares e uma Nutricionista¹⁹.

3.2 Procedimentos e técnicas de produção dos dados:

Inicialmente foi realizado o levantamento e revisão **documental** visando em primeiro lugar caracterizar o processo de elaboração **do projeto de** formação dos atores do PNAE desenvolvido pela escola de Nutrição da UFBA, e, em segundo lugar, sistematizar informações acerca da execução do projeto de formação dos atores do PNAE no período 2009-2012. Foram analisados os documentos gerais do CECANE e os documentos específicos relativos às atividades nas quais foram envolvidos os atores dos municípios caso, os quais foram classificados segundo a natureza do texto, ou seja, documentos gerais relativos ao PNAE, os Plano de trabalhos e os Relatórios anuais elaborados pelo CECANE UFBA, e específicos relativos ao processo de formação dos atores desenvolvido no âmbito municipal (APÊNDICE 1).

Além de pesquisa documental, foram realizadas as entrevistas com informantes-chaves, que atuaram como coordenadores do programa no período do estudo e membros da equipe técnica do CECANE que participaram do planejamento e organização do processo e da elaboração dos planos anuais de formação dos atores no âmbito municipal, seguindo-se

¹⁶ Profissional de saúde que desenvolve funções de estudo, orientação e vigilância da alimentação e nutrição, quanto à sua adequação, qualidade e segurança, em indivíduos ou grupos, na comunidade ou em instituições, incluindo a avaliação do estado nutricional, tendo por objetivo a promoção da saúde e do bem-estar e a prevenção e tratamento da doença, de acordo com as respectivas regras científicas e técnicas;

¹⁷ Membro do Conselho cuja função é fiscalizar a alimentação escolar que os alunos estão recebendo, o trabalho feito pelas merendeiras e fiscalizar os recursos financeiros que o Governo Federal repassa para a prefeitura utilizar na alimentação escolar.

¹⁸ Profissional a quem cabe executar, no âmbito do sistema de ensino ou na escola as funções de planejamento, organização, acompanhamento e avaliação das atividades pedagógicas, como participar da elaboração da proposta pedagógica da escola. (SEAD, 2005)

¹⁹ Estavam previstas duas entrevistas com esse profissional, porém, uma das nutricionistas recusou-se a participar da pesquisa.

roteiros previamente elaborados que contemplam questões acerca das características do processo, e a identificação das facilidades e dificuldades enfrentadas (APÊNDICES 2).

Em seguida foi feita a seleção do município para a realização do estudo de caso acerca do processo de formação dos atores do PNAE. Do total de municípios alcançados pelo CECANE no período 2009-2012, foram identificados aqueles nos quais foram capacitados todos os atores envolvidos no PNAE. Destes, optou-se por um município²⁰ que ofereceu condições favoráveis à realização do estudo, identificadas em uma visita prévia, feita especificamente com esta finalidade (APÊNDICES 3A e 3B), quais sejam a aceitação do gestor municipal e receptividade dos coordenadores pedagógicos, conselheiros e nutricionista que haviam participado do processo de capacitação. .

A produção de dados sobre o processo ocorrido neste município contemplou a revisão de documentos que contém avaliações dos atores envolvidos sobre as atividades realizadas e os resultados alcançados com o processo de formação (APÊNDICE 1). Além disso, foram realizadas entrevistas com os atores que participaram do processo de formação, conforme definido no item Sujeitos do estudo (nutricionistas, conselheiros, coordenador pedagógico e gestor escolar), seguindo-se roteiros previamente elaborados que contemplam questões acerca das características do processo de formação, as atividades realizadas, os resultados alcançados e as facilidades e dificuldades enfrentadas segundo a visão destes atores (APÊNDICES 4A, 4B, 4C e 4D).

3.3 Plano de análise

A análise das informações produzidas contemplou três aspectos:

- a) A análise do processo de elaboração do projeto de formação dos atores do PNAE, levando em conta a análise do conteúdo dos Planos de Trabalho anuais do CECANE, enfatizando-se a identificação dos Objetivos, Metas, Atividades programadas, Participantes/Responsáveis, e dos Relatórios anuais de trabalho, com ênfase na identificação dos Resultados alcançados (APÊNDICE 5).
- b) A análise de diversos aspectos da proposta de formação dos atores, quais sejam: Público participante, Objetivos, Conteúdo programático, Estratégia pedagógica (metodologia), Recursos didáticos utilizados, Tempo de duração do processo de

²⁰ Cabe registrar algumas características do município selecionado, isto é, dimensão territorial (área), população (população estimada e densidade demográfica) bem como algumas características do Ensino Básico no município: quantitativo de escolas, alunos e professores e recursos (APÊNDICE 3B)

capacitação. As informações obtidas através da revisão documental e entrevistas serão processadas em matrizes específicas (APÊNDICE 6) a partir das quais se elaborará a análise dos aspectos indicados.

- c) A análise da percepção dos participantes sobre a formação recebida, abordando-se tanto os aspectos definidos no roteiro da entrevista realizado com estes atores (conforme indicado no item acima), quanto os comentários adicionais que foram solicitados aos entrevistados (APÊNDICE 7).

3.4 Aspectos Éticos da pesquisa

Esta pesquisa foi submetida à avaliação do comitê de ética e pesquisa da Escola de Nutrição da UFBA seguindo todos os procedimentos baseados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares (<http://conselho.saude.gov.br>), sendo aprovado através do parecer 628.242/2014, datado de 28/04/2014 Apesar da inexistência de riscos à participação dos entrevistados - por se tratar de um estudo que envolve entrevistas com seres humanos e não utilizar procedimentos invasivos, foi feito um pedido de autorização para a realização da pesquisa, sendo aprovado 12 de março de 2014, tanto da prefeitura (ANEXOS 1 e 2) como aos entrevistados através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICES 8, A, B e C) Na apresentação dos resultados, foi mantido o sigilo dos nomes dos entrevistados sendo identificados com nomes fictícios.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados da investigação contempla, em primeiro lugar, a descrição do processo de elaboração do projeto de formação dos atores do PNAE, especificando como se deu a formação da equipe técnica e gestora da capacitação e a elaboração do projeto propriamente dito. Em seguida, apresentamos a descrição do projeto de capacitação executado pelo CECANE UFBA no período 2009-2012 e por último, os resultados específicos do estudo de caso feito no município selecionado abordando a percepção dos atores envolvidos acerca do curso e do impacto do curso no aperfeiçoamento das ações do PNAE na rede escolar municipal.

4.1 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE FORMAÇÃO DOS ATORES DO PNAE

A descentralização do PNAE vinha sendo experimentada desde 1983, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui uma grande rede que entrelaça ações, atores sociais e comunidade escolar em torno da questão alimentar e nutricional de crianças e adolescentes. Nesse contexto, surge o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE) através da parceria da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Coordenação Geral do PNAE (CGPAE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Ministério da Educação (MEC) com a finalidade de subsidiar e estruturar diretrizes para fomento de hábitos e promoção da alimentação saudável no ambiente escolar das instituições públicas e filantrópicas que são atendidas pelo PNAE (BRASIL, 2006).

No momento de construção do projeto a partir das estratégias estabelecidas conjuntamente com o FNDE, foi possível identificar os atores envolvidos, sejam técnicos e professores, o que caracteriza as suas concepções políticas com relação ações a serem desenvolvidas dentro do programa. O mapeamento e recrutamento dos atores orientam a identificação dos parâmetros e transversalidade do programa, especialmente o grupo técnico responsável pela condução do processo de planejamento, no qual se desenvolveu a elaboração do plano de ação.

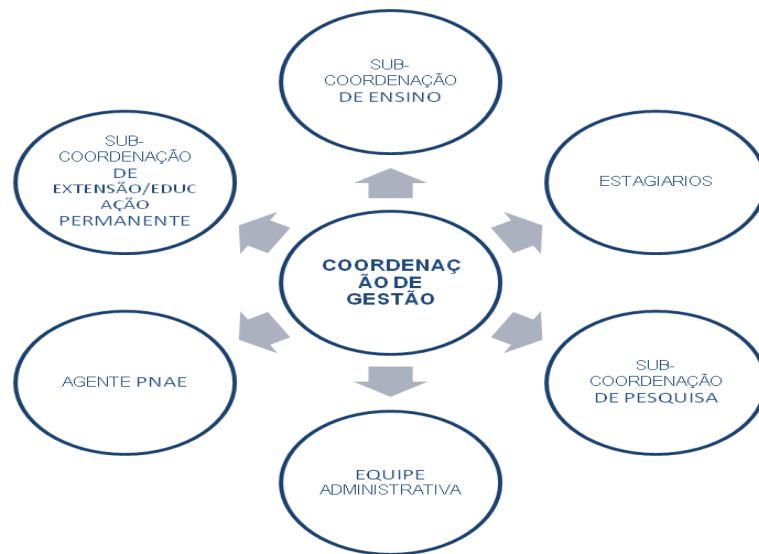
O Programa de Alimentação Escolar (PNAE) conta com uma diversidade de atores e uma complexidade de processos de trabalho que exigem não somente a apropriação da legislação, mas o desenvolvimento de tecnologias de trabalho que possibilitem o planejamento e gestão das ações, a atuação crítica e criativa, a capacidade de articulação intersetorial e conformação de redes, entre outras habilidades, visando a consolidação do direito a alimentação adequada, bem como à promoção de saúde no âmbito escolar. Dessa forma, a educação permanente pode ser considerada uma estratégia relevante de fortalecimento e instituição de práticas transformadoras no cotidiano do trabalho, podendo se constituir uma resposta às demandas do programa (BAHIA, 2009a).

4.1.1 Composição e Funções da Equipe Técnica responsável pelo CECANE

A equipe do CECANE-UFBA é composta de nutricionistas, contadores, uma socióloga e um pedagogo, sendo responsável pelo desenvolvimento de vários projetos de pesquisa e extensão, entre os quais o projeto de formação dos atores do PNAE nos estados da Bahia e

Sergipe. A Figura 2 apresenta um diagrama da estrutura atual deste Centro Colaborador, evidenciando suas funções estabelecidas pelo documento base (BAHIA, 2007) que explicita o papel dos Centros Colaboradores do PNAE, conforme o plano apresentado ao FNDE. O Quadro 1, destaca as funções e atividades de cada setor do Centro em consonância com o estabelecido pelo FNDE, apresentando, em itálico as atividades especificamente relacionadas com o projeto de capacitação dos atores do PNAE nos estados da Bahia e Sergipe. .

Figura 2: Estrutura CECANE



Fonte: Elaborado pelo autor, 2015. Estrutura do CECANE UFBA, 2012.

4.1.2. Formação da equipe do Projeto de formação dos atores do PNAE

Quando da negociação para que o Projeto de formação dos atores do PNAE fosse absorvido por esta estrutura, constituiu-se uma equipe composta por 4 docentes da Escola de Nutrição da UFBA, membros do CECANE, duas nutricionistas contratadas pelo projeto, dois contadores e uma pedagoga também contratada pelo projeto. A composição inicial desta equipe foi realizada em duas etapas: seleção e formação de “agentes PNAE”, participantes permanentes do projeto, e “monitores”, profissionais que seriam acionados na dependência das necessidades do processo de execução do projeto. O período de inscrição até a divulgação do resultado final foi de 12 a 20/08/2009 e os critérios para seleção dos monitores e agentes do PNAE foram definidos pelo CECANE de acordo com Editais dispostos no Anexo 3.

Quadro 1 – Funções da Coordenação Técnica dos Centros Colaboradores do PNAE

| FUNÇÃO | ATIVIDADES DESENVOLVIDAS |
|---------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Coordenação Técnica e de Gestão | Coordenar tecnicamente os projetos aprovados pelo Termo de Cooperação entre a Entidade Executora e o FNDE; Decidir sobre o desenvolvimento dos projetos a serem desenvolvidos Coordenar e controlar o gerenciamento e execução das atividades a cargo da co-executora(s); Coordenar, controlar e prestar contas ao órgão concedente, acerca dos produtos executados; Representar o Centro Colaborador em todas as instâncias em que for necessário; Acompanhar a execução das ações e planos de trabalho sob responsabilidade das sub-coordenações; Conduzir a interlocução com o FNDE e demais Centros Colaboradores; Representar o PNAE, quando solicitado pela CGPAE; Realizar encaminhamentos administrativos da referida coordenação; Articular dentro da Entidade Executora com as instâncias responsáveis pela execução dos produtos acordados no Termo de Cooperação; Participar de reuniões com grupo gestor; Participar e/ou delegar de reuniões de grupos de trabalho quando solicitado pela CGPAE/FNDE. |
| Sub-coordenações de ensino, pesquisa e extensão. | Apresentar projetos sob sua responsabilidade para apreciação do Grupo Gestor; Coordenar projetos no âmbito de sua sub-coordenação; Gerenciar planos de trabalho e ações no âmbito de sua sub-coordenação; Prestar contas das ações no âmbito de sua sub-coordenação ao coordenador de gestão. |
| Sub-coordenação de Extensão/Educação Permanente | <ul style="list-style-type: none"> - Executar o <i>Projeto de Formação dos atores do PNAE</i> - Implementar a Assessoria aos Municípios nos Estados da Bahia e Sergipe. - Participação em eventos e reuniões externas - Apoiar Técnico ao FNDE em Ações relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito escolar com as seguintes ações: (1) Apoio Técnico Científico aos Seminários metropolitanos sobre a aquisição da agricultura familiar para alimentação escolar na região Nordeste. (2) Apoio Técnico Científico ao Encontro Nacional de Alimentação Escolar e (3) Reprodução de materiais e apoio didático. |
| Sub-coordenação de Ensino | <ul style="list-style-type: none"> - Dar suporte Técnico aos Nutricionistas do PNAE - Contribuir para o desenvolvimento de experiências em relação à inserção de conteúdos sobre a alimentação escolar nos currículos de graduação em nutrição (componentes curriculares, estágios, dentre outras atividades acadêmicas). - Orientar de teses, dissertações, e/ou monografias no campo da alimentação escolar. - Responsável técnico no Projeto de Assessoria aos Municípios. |
| Sub-coordenação de Pesquisa | <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisar avanços e limites da Agricultura Familiar no PNAE e Ações para resolução dos problemas encontrados - <i>Apoiará o projeto de Formação de Atores do PNAE e responsável técnico pelos seminários metropolitanos.</i> |
| Agentes do PNAE | <p>Atuar prestando apoio técnico-administrativo às sub-coordenações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvendo atividades relacionadas à execução de todos os projetos propostos pelo CECANE para 2010-2012. Suas atribuições incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> · <i>Participar na organização e na execução dos projetos de capacitação para o exercício do controle social;</i> · Participar na elaboração dos materiais didático-pedagógicos para o desenvolvimento dos projetos e pesquisas; · Participar da Pesquisa sobre avanços e limites da Agricultura Familiar no PNAE e Ações para resolução dos problemas encontrados · <i>Participar e/ou organizar eventos de Segurança Alimentar e Nutricional ou de outras áreas afins a Alimentação Escolar;</i> · Acompanhar e/ou desenvolver metodologias de pesquisa em Alimentação Escolar; · Participar da divulgação do PNAE nacional e/ou internacionalmente e apoiar a execução do programa em outros países desde que designado pelo coordenador de gestão a pedido da CGPAE. |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2015 a partir do Plano de Trabalho, FNDE/ENUFBA/CECANE, Brasília, 2007.

Na seleção para agente PNAE inicialmente foram disponibilizadas uma vaga para Nutricionista e uma vaga para Contador, com vigência de 4 (quatro) meses não prorrogável. Os monitores foram selecionados a partir da análise de currículo, entrevista e prova didática sobre a construção de um programa para os atores do PNAE. Priorizaram-se aqueles com experiência prática no PNAE e/ou com a vivência acadêmica e de pesquisa com os temas correlatos. Uma vez constituída a equipe, tratou-se de instituir uma dinâmica de leituras e discussões de planos de trabalho, relatórios anteriores das ações do CECANE-UFBA, confrontados com referências bibliográficas, sobre Alimentação Escolar, Educação nutricional, Políticas públicas e outros textos, processo que configurou educação permanente do grupo, possibilitando a construção e atualização da proposta de formação dos atores do PNAE.

Ao longo do processo de implementação do projeto, buscou-se atender a necessidade de ampliação e aprofundamento de conhecimentos adquiridos durante a experiência vivenciada pelos monitores. Assim, foi possível redefinir metas, reavaliar o papel do monitor, imprimindo novas concepções e paradigmas, consolidados pelo aprofundamento dos conhecimentos necessários para a eficácia das ações desenvolvidas pelos monitores. Segundo os documentos consultados, a avaliação processual, o estudo acadêmico e o diálogo com os participantes das formações e entre esses mediadores, contribuíram para a integração da equipe, constituída como um grupo de mediadores da formação, bem como para o estabelecimento de diálogos com os gestores municipais, conselheiros e técnicos que atuam na execução do programa no diversos municípios, contribuindo para “o ajuste cada vez maior entre o compreendido nos contextos da formação e no proposto enquanto programa” (BAHIA, 2012a, p.9).

Identificou-se através dos relatórios CECANE, que no segundo período de 2010-2012, ocorreu uma nova etapa de seleção. Sendo que no papel de agente multiplicador, parte da equipe de monitores selecionada e os agentes PNAE participaram de uma primeira formação realizada com a equipe do FNDE em Brasília no período de 03 a 05 de agosto de 2009, com carga horária total de 24 horas Bahia (2012b). No que tange aos aspectos relacionados a conteúdo trabalhados, identificamos que os eixos temáticos discutidos foram: Novos conteúdos normativos foram informados, como: a Lei 11.947, a Resolução CD/FNDE nº 38/2009; Compra da Agricultura familiar para a Alimentação Escolar; Programa de Aquisição de Alimentos: compra municipal e estadual e a releitura da resolução do CFN 358/2005.

Conforme descrito nos relatórios do CECANE, ao longo de todo período, além do processo de formação interna, os agentes PNAE participaram de eventos técnico-científicos

ao longo do ano de 2009, os quais contribuíram, também, para o aperfeiçoamento dos conteúdos e metodologia. Foi capacitado um total de 12 monitores conforme meta estabelecida para o plano 2009, sendo 08 nutricionistas, 03 pedagogos e 01 contador (Anexo 5).

As formações foram ministradas por uma equipe de monitores composta por nutricionistas, contadores e pedagogos, previamente selecionados e capacitados pelo FNDE e CECANE-UFBA, conforme descrito anteriormente. Sendo assim, para a formação de nutricionistas foram designados um contador e dois nutricionistas; a formação de conselheiros foi realizada por um nutricionista e um contador; as merendeiras foram capacitadas por dois nutricionistas; formação de gestores escolares e coordenadores pedagógicos foi desenvolvida por um nutricionista, um pedagogo e um contador. A oficina de coordenadores da alimentação escolar ficou sob a responsabilidade de uma nutricionista e um contador. Ressaltamos que no relatório consta também, que além da equipe de monitores a formação contou com uma equipe de avaliação e de apoio logístico. O Quadro 2 (Anexo 5) mostra todos os membros que participaram do planejamento, organização, execução e avaliação das formações. (BAHIA, 2009b). Nesse aspecto, importou na tomada de decisão:

A descentralização do programa visando sua maior capilaridade e inserção nos municípios de Bahia e Sergipe, o incentivo ao desenvolvimento sustentável da economia local; o acompanhamento da execução financeira e operacional do programa por meio da participação e controle social do CAE; além da oferta da alimentação escolar com vistas à promoção da universalidade, equidade, sustentabilidade e continuidade (BAHIA, 2012a, p.6).

4.1.3 Processo de elaboração do Projeto de formação

Para a elaboração da proposta de formação dos agentes PNAE foram realizados encontros pedagógicos, nos quais foram estudados e discutidos temas como: educação permanente em saúde; aprendizagem significativa; conceito de educação e de educador; abordagens compreensivas para contextualizar a formação; formação enquanto experiência e construção de matrizes de avaliação da formação. Também foram realizadas oficinas para a construção da metodologia e avaliação de cada formação pela equipe (BAHIA, 2012c).

A elaboração do Projeto de formação dos atores do PNAE 2009-2012 tomou como ponto de partida as propostas oriundas da oficina com todos os Centros Colaboradores realizada em Brasília nos dias 01 e 02 de junho de 2009 (BAHIA, 2009a apud BRASIL, 2007). A partir dessas propostas, foram construídos os programas finais a serem

executados com os atores PNAE, juntamente com a equipe de monitores (BAHIA, 2009a).

A metodologia adotada para elaboração do projeto de capacitação obedeceu às diretrizes contidas no “Programa de Formação Simultânea” (BAHIA, 2007), modelo de formação que consiste em promover a integração dos diferentes atores do PNAE, assim como representa um incentivo às parcerias entre estes e com outros setores da educação e saúde, principalmente no planejamento de novas ações. As formações foram realizadas em regime de tempo integral durante três dias consecutivos, com a carga horária de 24 horas totais. Os conteúdos programáticos tiveram por base os grandes eixos temáticos relacionados ao PNAE: políticas públicas envolvidas na estratégia Fome Zero, DHAA, controle social, normas e técnicas para gestão do PNAE, segurança alimentar e nutricional, alimentação e nutrição como direito social, educação alimentar e nutricional no âmbito escolar e do projeto pedagógico (alimentação enquanto tema curricular e atividades pedagógicas), saúde e sua relação com o PNAE, nutricionista e o seu papel enquanto profissional de saúde na educação, elaboração do diagnóstico nutricional de escolares, aquisição dos produtos da agricultura familiar (BAHIA, 2009a).

No que tange a abordagem metodológica deste projeto foram privilegiadas as “metodologias ativas, estimulando a participação e o protagonismo dos participantes, considerando-se a realidade e a experiência do mesmo, valorizando-o e evitando o excesso de conteúdos teóricos em detrimento da prática” (BAHIA, 2010a, p.15). O projeto propunha, portanto, que “fossem contempladas as especificidades do público alvo, respeitadas suas diversidades de formação escolar e profissional, além das diferentes responsabilidades e atribuições frente ao Programa” (BAHIA, 2010a, p.15), buscando assim, “contribuir para ações conjuntas no campo da saúde, alimentação e nutrição e na promoção da alimentação saudável na escola, através do estímulo à integração dos agentes do PNAE no interior do espaço escolar” (BAHIA, 2009b, p.7). Uma vez elaborado o projeto foi encaminhado ao FNDE para aprovação, análise e aprovação o que se deu 25/08/2010.

4.1.4 - Visão da Equipe Técnica sobre o Projeto de Formação do CECANE

Conforme parceria instituída com o Governo federal, os CECANES vêm sendo considerados unidades de referência, responsáveis por prestar apoio técnico e operacional na implementação da alimentação saudável nas escolas, agindo através de suas diversas ações e

projetos na assessoria e acompanhamento da execução do programa nos municípios, na formação de atores envolvidos no PNAE e na realização de pesquisas (BRASIL, 2006).

No caso do CECANE-UFBA, a implementação do processo de capacitação contou com a participação significativa de toda a equipe técnica reunida em vários momentos para a formulação e implantação do processo de formação dos “atores” do PNAE nos municípios da Bahia e Sergipe. Em vista disso, buscou-se identificar a percepção da equipe técnica do CECANE acerca desse processo, o que implicou na realização de entrevista com um membro desta equipe, que discorreu sobre a formulação, planejamento e execução das atividades educativas, bem como sobre o papel desempenhado pelos outros atores no processo de gestão do programa em âmbito municipal.

Inicialmente a entrevistada explicitou sua participação como uma agente técnica “colaboradora para articular a condução do programa de formação”. A partir de 2009, com sua inserção definitiva no programa percebe-se que houve uma redefinição do seu papel.

[...] minha inserção foi um pouco diferente, porque não fui apenas monitora do programa, inclusive, excluímos, modificamos esse nome, monitora, passamos para mediadoras, e eu fiquei uma mediadora, digamos, chave, a partir do período de 2009 a 2012, que eu tinha como responsabilidade, pensar junto com a gestora do programa de educação permanente (Amélia Reis).

Dessa forma, coube a ela articular a condução e orientação do processo, assegurando a aplicação da metodologia proposta ao longo de sua execução. Nessa perspectiva, a entrevistada enfatizou que compreende a operacionalização do Programa na triangulação “planejamento, elaboração e execução”, ressaltando as limitações do CECANE no processo de execução, na medida em que envolvem outros atores, principalmente gestores e técnicos dos municípios.

Nosso papel era **instrumentalizar** (grifo nosso) essas pessoas, sensibilizar essas pessoas, mostrar algumas **ferramentas**, (grifo nosso) alguns mecanismos, alguns órgãos, algumas possibilidades para que eles voltassem sensibilizados para sua realidade para **operacionalizar**, (grifo nosso) aí sim, de forma diferente (Amélia Reis). (...) a ideia não é que a gente faça um programa de assessoria, mas no momento que indiretamente participa, porque no momento que você forma que você capacita, que você problematiza situações daquele município (Amélia Reis).

Sobre esse aspecto, a mesma descreve o processo metodológico de identificação dos municípios participantes da formação, observando características e condicionantes que de alguma forma influenciariam na realização das atividades.

A primeira coisa era identificá-los, por exemplo, dentro desses territórios de identidade, quais eram as cidades que tinham uma infra-estrutura que pudesse abarcar uma formação que fosse simultânea, que a gente abarcasse

atores, como nutricionistas, conselheiros, merendeira, gestores, para que pudesse, dentro de um hotel, ficarmos tanto hospedados quanto desenvolvermos a própria formação (Amélia Reis).

Outros elementos também foram observados quanto ao processo decisório de escolha dos municípios e organização da formação propriamente dita. Assim, levou-se em consideração a identificação e análise dos fatores relevantes que condicionam o uso e a ocupação do território, bem como o desenvolvimento econômico e social do município, suas tendências e potencialidades.

“[...] a partir de características de alimentação, características sociais, culturais, referentes a alimentação daquele município, a caracterização política, a caracterização de produção, agropecuária, então foi isso que redirecionou a partir de 2009 algumas ações de programas de formação de atores do PNAE” (Amélia Reis).

Ainda quanto aos determinantes para a construção do Plano de Trabalho de formação dos atores do PNAE, a entrevistada observou que, o FNDE, na condição de fomentador da política, definiu alguns critérios, tais como:

[...] municípios que tivesse CAE novos; que tivessem trocado gestores municipais recentemente; que não tivessem participado de outras formações, anteriores a esse período, para que a gente pudesse abarcar, especialmente, municípios que não tivesse tido contato ou que precisava de uma reestruturação do PNAE na sua forma de gestão (Amélia Reis).

Segundo a entrevistada, esta passava por um processo de detalhamento e reformulação, a medida que a equipe técnica analisava os resultados das formações anteriores.

(...) de uma formação para outra, mesmo que continuássemos, mantivéssemos um eixo, por exemplo, de conteúdo programático para aqueles atores, nós sempre modificávamos. Cada formação que nós tínhamos modificávamos o nosso plano para a formação seguinte, adquiríamos outras experiências daquela formação junto com as outras daquele pólo anterior (Amélia Reis).

Outro aspecto pesquisado diz respeito ao papel desempenhado pela sociedade civil, isto é, pelos conselheiros municipais que participam da gestão do Programa, Nesse sentido, a entrevistada considera “... que é ainda um papel muito incipiente [...] (Amélia Reis) e sugere que alguns aspectos precisam ser considerados e compreendidos na perspectiva dos sujeitos implicados no processo de formulação, implementação e execução da política de alimentação escolar. Segundo Amélia Reis, o gestor municipal e os conselheiros “... parecem compreender o programa de alimentação escolar, ainda como uma dádiva, como um benefício, como uma responsabilidade, exclusivamente do governo federal”.

“Então, no momento que você não compreende o que é um programa, qual é o objetivo desse programa, que é uma merenda, que você pode dar qualquer coisa, porque são pobres desassistidos, e qualquer coisa, serve. Tanto faz ser uma pipoca, quanto ser um feijão, um arroz e um lombo, uma salada. Não faz diferença. No momento que essa sociedade, que essa gestão municipal, ainda pensa alimentação escolar de uma forma restrita,” [...] (Amélia Reis, 2014).

Pelo exposto, percebe-se que processo de construção do plano de trabalho, sobretudo, nos seus aspectos políticos, metodológicos, logísticos e operacionais, envolveu negociações, pressões, reorganização, adaptações e ajustes. Como o poder decisório é uma relação social que envolvem vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há sempre a necessidade de mediações internas e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, o programa possa ser legitimado e obter eficácia. Sendo assim, percebe-se que é preciso identificar de forma articulada as possibilidades e espaços existentes, as dificuldades e limites da atual prática, as contradições do processo de municipalização e os caminhos possíveis para se organizar conjuntamente as ações locais do programa.

4.2 O PROJETO DE FORMAÇÃO EM GESTÃO DOS ATORES DO PNAE

A justificativa para o desenvolvimento do Projeto de Formação em Gestão dos atores do PNAE, abarcando os atores envolvidos com o programa nos estados da Bahia e Sergipe, consta do Plano de Trabalho do CECANE-UFBA como segue:

[...] **justifica-se** por reunir através da educação permanente de diferentes atores dos diversos níveis de administração do programa e com diferentes processos de trabalho a uma maior apropriação da legislação, desenvolvimento de tecnologias de trabalho que possibilitem o planejamento e gestão de ações, atuação crítica e criativa, capacidade de articulação intersetorial e conformação de redes, entre outras habilidades, visando à consolidação do direito à alimentação adequada, bem como a promoção de saúde no âmbito escolar (BAHIA, 2012a, p 08).

O **objetivo geral** deste curso foi “contribuir com subsídios teórico-práticos, normativos e crítico-reflexivos a fim de ampliar a qualificação da atuação dos atores do PNAE, no cotidiano de seus processos de trabalho” (BAHIA. 2012b p 08). Nessa perspectiva, os **objetivos específicos** tinham como característica levar os participantes a uma reflexão sobre os aspectos vinculados à gestão do PNAE como política pública, buscando garantir as diretrizes e princípios do programa através da integração dos atores sociais, da intersetorialidade das ações, da operacionalização do programa e alcance da Segurança Alimentar e Nutricional dos escolares (BAHIA, 2012b, p.08).

As metas do Projeto foram definidas para o período de 2009 a 2012, conforme cronograma de execução previamente aprovado pela coordenação (Quadro 3), pretendendo-se atingir um total de 1490 pessoas, entre conselheiros (500) nutricionistas (230), merendeiros (280), coordenadores pedagógicos e gestores (290) e coordenadores da alimentação escolar (190), distribuídos nos estados da Bahia e Sergipe, considerados “pólos” do projeto.

Quadro 3: Metas prevista para: 2009-2012

| Ator Social do PNAE | Metas estabelecidas para Formação | | |
|------------------------------------------|-----------------------------------|------------|-------------|
| | Bahia | Sergipe | TOTAL |
| Conselheiros | 300 | 200 | 500 |
| Nutricionistas | 170 | 60 | 230 |
| Merendeiros | 176 | 104 | 280 |
| Coord. Pedagógicos / Gestores Escolares. | 129 | 161 | 290 |
| Gestores da Alimentação Escolar | 190 | | 190 |
| TOTAL | 965 | 525 | 1490 |

Elaborado pelo autor, 2015. Fonte: Relatórios CECANE 2009-2012. Quadro 1: Metas quantitativa para formação de atores sociais do PNAE nos estados da Bahia e de Sergipe – CECANE-UFBA, 2009-2012.

Vale ressaltar que a meta previamente estabelecida para cada pólo foi sendo ajustada ao final de cada formação, redefinindo os números previstos para a etapa subsequente. Tal estratégia se deve ao fato de que a relação entre o número de convidados, inscritos e atores que realmente participaram da formação só pôde ser medida ao final de cada etapa. Deste modo, o ajuste foi uma tarefa fundamental para alcançar a meta global da formação atingindo-se um total de 1732 atores formados (242 além da meta prevista).

Quadro 4: Atores formados 2009-2012

| Ator Social do PNAE | 2009 | 2011 | 2012 | TOTAL |
|--------------------------------------|------|------|------|--------------|
| Nutricionistas | 181 | 83 | 35 | 299 |
| Conselheiros | 407 | 94 | 32 | 533 |
| Merendeiros | 245 | 64 | 45 | 354 |
| Coordenadores Pedagógicos / Gestores | 205 | 92 | 38 | 335 |
| Gestores da Alimentação Escolar | 28 | 147 | 36 | 211 |
| TOTAL GERAL | | | | 1.732 |

Elaborado pelo autor, 2015. Fonte: Relatórios CECANE 2009-2012. Quadro 1: Metas quantitativa para formação de atores sociais do PNAE nos estados da Bahia e de Sergipe – CECANE-UFBA, 2009-2012.

Quadro 5: Etapas do processo de formação – Oficinas de formação em gestão do PNAE

| 1º MOMENTO | 2º MOMENTO | 3º MOMENTO |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Atividade conjunta com todos os atores envolvidos, com mesa oficial de abertura (composta por representante do CECANE-UFBA e representantes locais da Educação), compartilhamento dos objetivos da formação, apresentação da equipe de trabalho e dos órgãos envolvidos, FNDE e CECANEs, seguidos de uma palestra abordando o histórico, objetivos e desafios do (PNAE), relacionando-o aos temas da formação. | Atividades específicas com cada grupo de ator do PNAE – realização de trabalhos que promoveram a reflexão sobre o papel de cada um no PNAE, as expectativas dos participantes quanto à formação, seu processo de trabalho e/ou suas interfaces com o PNAE. | Atividade de integração - diálogo entre todos os atores, a fim de fortalecer a compreensão do papel de todos no e para o PNAE. Assim, solicita-se que apresentem sua experiência e, dialogem sobre seu papel na concretização do PNAE. Sugere-se que formulem uma representação (peça teatral, música, paródia, cordel, poesia ou outras formas) que retrate sua interação na concretização do PNAE e/ou as possibilidades para esta ser concretizada. |
| CH: 8h | CH: 8h | CH: 8h |

Elaboração própria, com base nos relatório técnico, (BAHIA, 2012b).

Os **conteúdos programáticos** incluídos no projeto de formação tiveram por base os grandes eixos temáticos relacionados ao PNAE: a) Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Segurança Alimentar e Nutricional; b) Controle Social; Normas e Técnicas para gestão do PNAE; c) Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar e no projeto pedagógico (alimentação e nutrição enquanto tema curricular e atividades pedagógicas); d) Saúde e sua relação com o PNAE; e) Aquisição dos produtos da Agricultura Familiar; f) A gestão escolar e a garantia da operacionalização do PNAE (prestação de contas, procedimentos administrativos e licitações); g) Ações em rede nas escolas e intersetorialidade. (BAHIA, 2012a, p 10).

A metodologia adotada buscou contemplar as especificidades do público participante, respeitando as diversidades de suas formações escolares e profissionais, além de suas diferentes responsabilidades e atribuições frente ao PNAE. Foram privilegiadas metodologias de ensino-aprendizagem baseadas na problematização e na dialogicidade, visando estimular a reflexão, participação, interação e o protagonismo dos participantes, sendo consideradas e valorizadas realidades e experiências dos mesmos, evitando assim, o excesso de conteúdos teóricos em detrimento do prático (BAHIA, 2012a, p.10).

Sobre esse aspecto, o desenho metodológico proposto para a formação simultânea dos atores do PNAE consistiu em três momentos, os quais foram explicitados no planejamento geral, dirigido a todos os atores, bem como nos planos específicos, para cada ator social:

Sobre esse aspecto, cabe registrar que após cada edição da oficina de formação, foram realizadas reuniões de avaliação com os monitores e demais membros envolvidos, para a

identificação de problemas e soluções que subsidiassem planejamento das edições subsequentes, a partir dos instrumentos de avaliação utilizados (Anexo 4). Além disso, em campo, após o primeiro dia do curso, a equipe de monitores “agente PNAE” e demais membros em campo se reuniam para avaliar as atividades realizadas, encaminhando os ajustes necessários antes da finalização do evento. Em cada pólo contou com a participação de um coordenador de campo, o qual foi um professor do CECANE/UFBA ou um profissional contratado para esse fim, cabendo a este coordenador acompanhar e dar apoio gerencial e logístico ao curso. Segundo os relatórios do CECANE a realização das avaliações foi de suma importância para que a equipe pudesse melhor refletir sobre o programa de formação dos atores, fazendo ajustes e alterações necessárias para as etapas subsequentes (BAHIA, 2012b).

Uma apreciação geral do trabalho realizado, exposta no Relatório Técnico encaminhado ao FNDE, sintetiza o esforço da equipe técnica envolvida com o planejamento e execução das oficinas, enfatizando que:

Buscou-se, contribuir para ações conjuntas nos campos da educação, agricultura, agropecuária, saúde, alimentação e nutrição para a promoção da alimentação adequada e saudável na escola, a partir do estímulo à sensibilidade dos atores sociais do PNAE para o planejamento e concretização de ações integradas, visando à segurança alimentar e nutricional no espaço escolar (BAHIA, 2009b, p.13).

4.3. PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE A FORMAÇÃO

Neste item, tratamos de apresentar a análise das informações coletadas através das entrevistas com participantes do curso de formação dos atores do PNAE no município caso, denominado, aqui, de “Curinga”. Inicialmente, sistematizamos a visão dos entrevistados acerca das atribuições de cada membro da equipe do PNAE no município, buscando identificar a contribuição das oficinas para o entendimento acerca das funções e responsabilidades de cada “ator”. Em seguida, apresentamos a visão dos entrevistados sobre o desenvolvimento do processo de formação, destacando, na sequência, sua percepção acerca da utilização dos conhecimentos apreendidos em suas atividades rotineiras, isto, na execução das ações do programa, complementada com sua percepção sobre o impacto da formação no aperfeiçoamento da implementação do programa. Finalmente, apresentamos uma síntese das principais sugestões apresentadas pelos entrevistados para o melhoramento dos futuros processos de formação dos atores do PNAE.

4.3.1. ATRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES DA EQUIPE MUNICIPAL DO PNAE

Questionados acerca da atribuição de cada um dos atores na equipe responsável pela implementação do PNAE no âmbito municipal, cada um dos entrevistados expressou seu ponto de vista, evidenciando uma diferenciação bastante grande entre as diversas visões.

A nutricionista enfatizou a importância do seu papel, enquanto detentora do conhecimento especializado sobre a elaboração dos cardápios mais adequados à alimentação escolar. Nesse sentido, chama a atenção para

[...] a mais importante, dentre todas, é justamente a elaboração do cardápio, que é o profissional habilitado para discriminar qual o alimento adequado para a saúde do aluno, a depender da faixa etária (Dama de copas).

Pode-se observar que a partir dos elementos trazidos pela nutricionista as atribuições e responsabilidade deste profissional são amplas, uma vez que abrangem questões administrativas como a gestão dos recursos financeiros alocados para a aquisição de insumos e materiais necessários à produção e fornecimento de refeições.

Os coordenadores pedagógicos, por seu turno, enfatizam o “foco pedagógico”, apontando que seu papel implica na “articulação desse processo com a escola, com os pais, a conscientização, até com os próprios, as pessoas...”, ou seja, a “motivação” (Valete de copas). Diversamente o outro coordenador, apesar de ter participado das oficinas de formação expressou certa estranheza quanto às atribuições dos atores vinculados a implementação do programa. Sobre esse aspecto enfatiza que “eu não tenho nenhuma ligação aqui na Secretaria com o programa de alimentação” (Valete de espadas). Em seguida informa que não executava tais atribuições, participou da atividade em substituição a outro profissional.

Os membros do conselho da alimentação escolar, cujo papel é representar a sociedade civil, destacaram suas atribuições na implantação e execução do programa no município, enfatizando a necessidade de “saber a realidade do que está acontecendo no seu município (Reis de ouro)”. Entretanto, este entrevistado ressaltou que, na condição de conselheiro, mesmo não tendo um papel “fiscalizador”, suas atribuições são de fundamental importância para que possa acompanhar onde estão sendo aplicados os recursos alocados no município. Outro conselheiro (Reis de copas) chama atenção para as atribuições desse ator, destacando apenas o aspecto fiscalizador. De qualquer forma, ambos compartilham a compreensão acerca do papel do conselho, qual seja:

Fiscalizar, dar sugestões, participar das reuniões, que muitos não participam, entende. Hoje, assim, ver as notas quando chegam se, realmente, estão sendo distribuída aquela alimentação que está no papel (Reis de ouro).

Ir às escolas para fiscalizar, na realidade, a conduta, a preparação, como chega a alimentação escolar na Unidade Escolar (Reis de copas).

Importa notar que aos representantes da comunidade escolar, na figura do CAE - órgão colegiado de caráter fiscalizador, deliberativo e autônomo segundo as normas vigentes – foram atribuídas tarefas de acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos e ampliação da participação social na gestão governamental, cabendo a essa instância analisar o relatório anual de gestão, emitir parecer conclusivo a respeito da gestão e realizar o monitoramento da qualidade da alimentação quanto às condições higiênicas e aceitabilidade das preparações dos cardápios oferecidos (BRASIL, 2009).

Quando foi tratado da questão relativa às dificuldades encontradas na utilização dos conhecimentos construídos durante as oficinas de formação, constatamos que apenas dois atores (Valete de Copas e Valete de espadas) destacaram os obstáculos existentes para a mudança das práticas, enfatizando a dificuldade de articulação entre os vários setores da Secretaria Municipal de Educação, inexistindo uma ação conjunta que viabilize a adequada implementação do PNAE. O coordenador pedagógico (Valete de espadas), portanto, enfatiza a necessidade e importância do diálogo entre a gestão e os sujeitos envolvidos na execução do programa.

Na mesma direção, o coordenador pedagógico (Valete de Copas), destaca que teve dificuldades de desenvolver suas atribuições em razão de ter sido transferido para exercer suas funções pedagógicas na rede estadual de ensino. Desta forma, não saberia informar se houve uma continuidade dos trabalhos em razão do processo de transição. Importa destacar, que os obstáculos enfrentados também aparecem na fala da nutricionista quando retrata a inadequação de infraestrutura para o exercício de suas atribuições, “o nutricionista está sendo apenas um número, um registro, um CRN, para que a alimentação aconteça (Dama de copas)”.

4.3.2 - VISÃO ACERCA DO PROCESSO DE FORMAÇÃO

No que se refere ao desenvolvimento da formação, os participantes destacaram vários elementos. A nutricionista observou a importância de estar participando de um processo de educação continuada, reafirmando a necessidade da valorização do profissional que atua nesta área, ao tempo em que destacou a metodologia utilizada, especialmente a valorização da escuta e da participação coletiva dos atores, bem como a possibilidade de troca de

experiências entre os profissionais de municípios diferentes e da mesma região: “...o mais vantajoso (foi) conhecer a realidade de *cada local* e como *cada local* fazia essa gestão” (Dama de copas).

Apesar disso, a entrevistada comenta que as oficinas poderiam ter abordado temas que abarcassem a especificidade dos trabalhos técnicos, comentando que alguns temas discutidos já eram do conhecimento dos profissionais, de modo que as oficinas poderiam ter tratado novas temáticas, tais como: “o que tem de novo na alimentação escolar, uma avaliação nutricional de crianças” (Dama de copas), bem como, ampliar a discussão sobre educação alimentar e nutricional, agregando nesse diálogo o coordenador pedagógico. Comenta também que os trabalhos de grupo poderiam ter sido mais “impositivos” (Dama de copas).

Quando indagado aos coordenadores pedagógicos sobre como se deu o processo de formação, tivemos manifestações tímidas. O coordenador pedagógico inicialmente disse que a oficina foi “oportuna”, visto que, muitas vezes ele assume funções “sem conhecimento de causa”, sem saber “quais eram as suas atribuições” (Valete de copas). Sobre os conteúdos programáticos e os aspectos metodológicos da oficina, o mesmo destaca que as temáticas foram trabalhadas de forma pertinentes, “inclusive, nós saímos de lá com essa ansiedade de que continuasse esses cursos” (Valete de copas), entretanto, destaca que o grande número de participantes no grupo de trabalho dificultou o desenvolvimento das atividades.

Como o grupo era muito grande, todo mundo queria falar, queria dizer o que fazia e até perguntar, então, algum momento a gente tinha que tentar correr para dar conta de outras questões (Valete de copas).

Por outro lado, o outro coordenador pedagógico entrevistado destacou apenas o processo organizativo das atividades, “que foi desenvolvida em três dias, ficando todos os participantes durante este período no mesmo local da atividade” (Valete de espadas), ressaltando que a atividade foi “tranquila” (idem) e que gostou da formação.

Finalmente, a percepção dos conselheiros quanto ao desenvolvimento da formação, ressalta outros aspectos, não valorizados pelos entrevistados descritos acima. Um dos conselheiros destacou o fato da formação utilizar dramatizações, metodologia que, segundo ele, trouxe algumas dificuldades na execução. Também considera que apesar dos trabalhos terem sido de boa qualidade, o tempo foi escasso apontando a necessidade de ampliação em futuros eventos dessa natureza (Reis de ouro).

Assim como a nutricionista, o conselheiro destaca a possibilidade de socialização das “experiências desenvolvidas pelos atores em seus municípios” (Rei de ouros). No que tange à execução da formação, o entrevistado afirma que “um dos fatores relevantes foi o

conhecimento dos professores/agentes do PNAE que mediaram a formação” (Reis de ouro). O outro conselheiro entrevistado também reafirma a importância da valorização da “experiência acumulada nos municípios” e a “qualidade da formação” (Reis de copas). Entretanto, o mesmo afirma que nunca tinha participado de um encontro desta natureza, sendo possível adquirir novos conhecimentos e experiências. Seguindo esta lógica, conclui-se que estes profissionais sentem, portanto, necessidade de ampliar e qualificar permanentemente a sua atuação no programa de alimentação escolar.

4.3.3 UTILIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS NA PRÁTICA COTIDIANA

Acerca da utilização dos conhecimentos apreendidos no curso no aperfeiçoamento da prática cotidiana, os entrevistados, de um modo geral, apontaram vários conhecimentos e técnicos que tem sido úteis em seu trabalho. A nutricionista, no primeiro momento destacou que os conhecimentos abordados foram “valiosos” sendo que a maior contribuição do curso foi capacitá-la a se articular faculdades e escolas técnicas do município e região de modo a oferecer um estágio curricular para a turma de graduação e técnicos em nutrição nas unidades escolares onde ela atua. Também destaca o aprendizado de procedimentos administrativos para organizar o processo de compra dos gêneros alimentícios utilizados na alimentação escolar trazendo a possibilidade de uma maior eficácia na garantia do atendimento das necessidades nutricionais dos estudantes.

Um dos coordenadores pedagógicos, por sua vez, destacou que “não tenho propriedade para falar, porque não venho acompanhando o processo de execução do programa no município” (Valete de copas). Da mesma forma, o outro coordenador não se recorda bem dos temas abordados:

Os temas (...) eu não me recordo muito não, mas eu lembro muito bem que eles trabalharam muito a questão do valor nutricional de cada alimentação e os alimentos importantes para estar na alimentação dessa criança (Valete de espadas).

No tocante aos conselheiros, um deles apenas cita a importância dos conhecimentos relativos ao manuseio dos alimentos (Reis de ouro). Enquanto o outro conselheiro destaca as ações relativas a “prestação de contas” (Reis de copas), comentando que a partir dos conhecimentos apreendidos na oficina foi possível organizar os procedimentos legais junto as unidades escolares, destacando inclusive que houve uma substancial mudança na aplicação dos procedimentos legais por parte dos responsáveis em cada escola.

4.3.4 IMPACTO DA FORMAÇÃO NA GESTÃO DO PNAE

No que se refere à percepção acerca do impacto do curso na gestão do programa de alimentação escolar no município, observamos uma convergência na opinião dos atores entrevistados, embora alguns deles admitam certa dificuldade em avaliar os efeitos do processo.

A nutricionista, por exemplo, diz ser “tão difícil a gente avaliar a gente mesmo, de perto...” (Damas de copas), e comenta que isto decorre da posição que ocupa, ou seja, coordenadora da alimentação escolar e nutricionista ao mesmo tempo. Entretanto, aponta alguns efeitos positivos do processo de formação, quais seja, o estímulo à realização de atividades complementares à distribuição de alimentos às crianças da escola, como: feiras de ciências, palestras sobre alimentação saudáveis e a abertura de estágio de campo para os estudantes de graduação em nutrição e técnico em nutrição. Outro elemento de fundamental importância, segundo a entrevistada, foi a possibilidade de envolver a secretaria municipal de educação na execução de outras ações complementares ao programa de alimentação escolar, bem como sensibilizar a comunidade, na implementação de novos projetos a exemplo da horta escolar.

Se por um lado estas observações indicam que houve melhorias no processo geral de implementação do programa, há que se observar que a atuação de diversos atores e segmentos envolvidos demandam maior flexibilidade e comprometimento. Segundo a entrevistada, é preciso mobilizar uma “rede” comprometida com a melhoria da alimentação escolar.

[...] mas infelizmente a gente não trabalha só com a nossa vontade, e nem com a vontade de dois, e a gente tem que conquistar uma rede, e esse processo de conquista ainda está acontecendo (Damas de copas).

Então assim, você tem que sensibilizar, você tem que trazer, por exemplo, quando a gente faz a capacitação com cozinheiros, é o momento que a gente também está fazendo educação nutricional ... sempre digo que elas são agentes de transformação, que elas são agentes de educação nutricional (Damas de copas).

Os coordenadores pedagógicos, por sua vez, expuseram opiniões diferentes. Um deles considerou que o processo de formação teve impacto positivo na gestão do PNAE, destacando a importância dos conhecimentos relativos à manipulação dos alimentos e aos procedimentos administrativos:

eu acho que foi de suma importância; para o município; os agentes cometem alguns equívocos com relação a alimentação escolar; nós tivemos a oportunidade de estar revendo essas práticas (Valete de copas).
[...] contribuiu, de forma significativa, para as reuniões com gestores e coordenadores pedagógicos estarem instrumentalizados para que façam suas

prestações de forma corretas, até porque se correto for, possibilitará a entrada de mais recursos para o município (Valete de copas).

O outro coordenador, entretanto, limitou-se a dizer que não sabia responder, porém faz alusão ao planejamento das ações educativas desenvolvidas nas escolas:

seria mais fácil para mim, responder se eu tivesse, realmente, se isso tivesse ligado as minhas atribuições”, [...] foi muito bom para mim, pena que como estou lhe dizendo, se eu tivesse trabalhando nisso, continuado com esse processo, eu estaria com a mente mais fresca (Valete de espadas).

[...] nós temos o planejamento unificado (...) a gente pega 4 unidades, cada unidade a gente pega um sábado para o planejamento da unidade, e dura 3 meses (...) a gente trata essa questão da alimentação quando o tema está na unidade. Quando tema está na unidade, aí sim (Valete de espadas).

A percepção dos conselheiros acerca do impacto da formação foi diferente da percepção dos técnicos. Enquanto estes enfatizaram, como vimos, aspectos normativos, gerenciais, pedagógicos e administrativos, o primeiro conselheiro entrevistado chamou a atenção para o aumento da sua “responsabilidade” diante do programa, em função da incorporação de novos conhecimentos. Inclusive, este conselheiro comenta acerca do aprimoramento da articulação e diálogo entre os sujeitos envolvidos no programa, especialmente a nutricionista.

Melhoramos bastante junto com a nutricionista, ela nos deu uma grande força também, ela fez a estrutura do cardápio e começamos, a partir dessa discussão de lá, começamos a seguir a risca, o cardápio; começamos a receber a alimentação (Reis de ouro).

Segundo o entrevistado, houve um esforço conjunto para o alcance das metas e objetivos do programa, sendo a principal mudança, o envolvimento da “comunidade escolar, (isto é) o diretor, professores, pais de alunos...” (Rei de ouros). Entretanto, quando entrevistamos o outro conselheiro o mesmo confundiu-se, dizendo inicialmente que o impacto foi “muito”, e depois afirmou que “Não foi feito” ou “Que não impactou...” (Rei de copas). Por outro lado, quando questionamos sobre as mudanças entre os sujeitos envolvidos no programa, obtivemos como resposta:

Foi muito pouco tempo. (...) o que aproximou mais a gente mesmo na época do Conselho, foi a aproximação com a comunidade, porque hoje a comunidade aqui funciona assim: se a alimentação está de boa qualidade, sempre tem um elogio, sempre tem alguma coisa (Reis de copas).

Pelo exposto, percebe-se que os atores entrevistados, em geral reconhecem certo impacto do processo de formação na melhoria das atividades do Programa no município, porém expressam pontos de vista bastante específicos, o que evidencia a inexistência de um processo de avaliação coletiva, que envolvesse o conjunto de profissionais e conselheiros.

4.3.5 RECOMENDAÇÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO

O último aspecto abordado nas entrevistas com os atores envolvidos no processo de formação, refere-se à sugestões e recomendações, tendo em vista a possibilidade do CECANE manter um processo de educação permanente dos egressos da formação. Nesse sentido, solicitamos aos entrevistados que identificassem conhecimentos e habilidades que não foram contemplados e métodos e atividades poderiam ser incorporados em futuras oficinas.

A nutricionista enfatizou a importância das instituições de ensino superior incluírem, o PNAE como tema do currículo dos cursos de graduação em Nutrição, não apenas em aulas expositivas, mas também com atividades práticas, como projetos e estágios, que “exercitem em ato a práxis e a dinamicidade do processo” (Dama de copas). Além disso, destaca a importância de se ampliar a temática abordada nas oficinas, que “não deve concentrar-se somente no aspecto normativo”, bem como chama a atenção para que os conteúdos da formação em gestão do PNAE poderiam ser mais bem trabalhados: “Como você vai elaborar seu plano de trabalho? Como é que você vai elaborar seu cardápio?” (Dama de copas), “eu sinto falta do debate”; “...chamar todo mundo e fazer uma roda e conversar”, sendo importante “agregar todos os segmentos, trabalhando as experiências e especificidades a partir de cada realidade” (Dama de copas). Finalmente, sugere a incorporação de novas ferramentas e recursos tecnológicos a serem utilizados como instrumentos pedagógicos, como EAD, “importante instrumento de democratização e disseminação do conhecimento”:

“acho que ela é uma capacitação que não deveria demorar tanto, como eu falei, a gente passou praticamente, cinco anos depois...” Sobre esse aspecto, observa-se a necessidade de aprimorar o modelo atual, buscando novos instrumentos metodológicos, como o ambiente virtual de aprendizagem (AVA). (Damas de copas).

“Eu acho até que (poderia ser oferecido) um curso EAD com fóruns de discussão específicas, por módulos, [...] a cada três meses, para as nutricionistas e professores das escolas [de modo que] “o professor tem que inserir o conteúdo que ele oferece desde a matemática a ciências, trabalhando com os conteúdos de alimentação escolar” (Damas de copas).

Finalmente, a entrevistada recomenda que se valorize a dimensão avaliativa da formação, indicando que houve poucos momentos para se avaliar o trabalho realizado durante as oficinas de formação em gestão.

Já o coordenador pedagógico enfatiza outros aspectos a serem aperfeiçoados, notadamente a incorporação de alimentos saudáveis no cardápio escolar:

[...] sinto a necessidade de intensificar mais essa conscientização, inclusive do próprio município. É intensificando com as escolas, com os gestores, com

os coordenadores pedagógicos que precisamos inserir na alimentação escolar, esses produtos, porque a gente tem visto aí uma geração com uma alimentação bem deturpada, e eu que acho que as escolas são os primeiros passos, poderá servir de exemplo, até para a própria casa (Valete de copas).

nós, enquanto atores, coordenadores pedagógicos de alimentação escolar, a gente precisa estar trabalhando muito mais isso, para que essa alimentação seja a parte mais presente no espaço escolar (Valete de copas).

O outro coordenador pedagógico destaca a necessidade de incorporação de outros coordenadores no processo de formação. “deveria ter sido um momento da formação para as outras coordenações. Nós temos hoje, no corpo pedagógico, 07 coordenações: a de inclusão, fundamental II, a Educação de Jovens e Adultos, Educação Infantil, Fundamental I, ação sócio-educativa, são 06” (Valete de espadas). Na perspectiva do fortalecimento e aprimoramento da gestão do programa no município, o entrevistado aponta a necessidade de inserção de todos os coordenadores e professores no processo de multiplicação das ações do PNAE, nas escolas.

Dos conselheiros entrevistados apenas um apresentou sugestões, concentradas na gestão do programa. Sugere que a gestão municipal deve “buscar recursos financeiros, garantir a regularidade e adequação no repasse de recursos para as escolas, visando o compartilhamento da responsabilidade financeira, administrativa e técnica” (Rei de copas) com relação ao programa. Nesse sentido, recomendam o fortalecimento das atividades de planejamento e avaliação, com base na legislação vigente, bem como a melhoria das condições de trabalho das equipes, para que possam cumprir as normas e metas do programa. (Rei de copas)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de formação dos atores envolvidos na implementação do PNAE no âmbito municipal contemplou a descrição do projeto elaborado pelo CECANE-UFBA, executado através de Oficinas focados na apresentação e discussão de aspectos normativos, políticos, gerenciais e técnicos do Programa, notadamente a legislação pertinente, as diretrizes da Política Nacional de Alimentação Escolar, os métodos e técnicas que podem ser acionados pelos atores no planejamento e organização das ações desenvolvidas nas escolas e conhecimentos técnicos relativos aos alimentos a serem incluídos no cardápio.

A descrição do processo de elaboração deste projeto revelou a iniciativa do CECANE em obter recursos do FNDE para o desenvolvimento dessa proposta, bem como a capacidade de articulação de uma equipe gestora e técnica que envolveu centenas de gestores municipais

dos estados da Bahia e de Sergipe visando a implementação do projeto. A análise dos documentos elaborados durante o período 2009 a 2012 evidenciou que as metas propostas foram ultrapassadas, atingindo-se um total de 1732 pessoas, entre nutricionistas, coordenadores pedagógicos, gestores municipais e conselheiros municipais da área de Educação, que participaram das Oficinas de gestão do programa.

O estudo de caso realizado em um município selecionado do Estado da Bahia, com o intuito de aprofundar a análise da percepção dos participantes sobre este processo, revelou que, apesar da carga horária limitada (24h), os atores entrevistados foram unânimes em considerar o impacto positivo da formação, apontando melhorias tanto na gestão do programa no município, quando nas ações desenvolvidas nas unidades escolares, além do que, apontaram avanços na articulação intersetorial e na mobilização comunitária em torno do tema.

Sobre o processo de formação em si, cada entrevistado apontou aspectos relevantes, dos quais destaca-se a oportunidade de troca de experiências, viabilizada pela opção metodológica da equipe responsável por metodologias ativas de ensino-aprendizagem, baseados na problematização e no diálogo. Também destacam a importância do conhecimento da legislação acerca do programa, base normativa das ações realizadas, porém, chamam a atenção para as limitações existentes no âmbito municipal para a consecução plena dos objetivos e metas do PNAE. Por conta disso, apontam a necessidade de se ampliar o volume de recursos financeiros investidos nesta área, e sugerem a educação permanente dos gestores e técnicos envolvidos com a execução do PNAE, recomendando inclusive, a ampliação da cobertura das atividades de formação, de modo a incluir os professores da rede municipal de ensino fundamental, para que se diversifiquem as ações que tomam a Alimentação Escolar como tema.

Concluindo, pode-se considerar que este trabalho apresenta evidências acerca da pertinência e efetividade do projeto de formação em Gestão do PNAE, porém, dadas as limitações de um estudo realizado em apenas um município, sugere-se que a equipe do CECANE possa aproveitar os achados desse estudo para a elaboração de uma metodologia de avaliação do impacto do projeto nas ações de Alimentação Escolar no conjunto dos municípios que constituíram a base operacional do processo de formação.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Marcos Vinícius Ribeiro de; TEIXEIRA, Carmen Fontes. A participação dos atores na formulação da política de saúde da população negra na cidade de Salvador. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 4, p. 1079-1099, Dec. 2013 .
- BAHIA. CECANE. ENUFBA (Org.). **Plano de Trabalho**. Salvador, 2007.
- _____. **Plano de Trabalho**. Salvador, 2009a.
- _____. **Plano de Trabalho**. Salvador, 2010a.
- BAHIA. CECANE. **Relatório de Atividades: Projeto de Extensão - Formações**. 2. ed. Salvador, 2009b.
- _____. **Relatório de Atividades: Projeto de Extensão - Formações**. 3. ed. Salvador, 2012a.
- BAHIA. CECANE. (Org.). **Projeto de Formação dos atores do PNAE**. 2. ed. Salvador, 2009c.
- _____. **Projeto de Formação dos atores do PNAE**. 2. ed. Salvador, 2010b.
- _____. **Projeto de Formação dos atores do PNAE**. 3. ed. Salvador, 2012b.
- BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p.138-172. Online: Disponível em <<http://www.ims.uerj.br/ccaps>>. Acesso em 16 Fev. 2015.
- BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.
- BRASIL. Mcidades. IBGE. **Censo Escolar 2009-2012**. 2015. Disponível em: <<http://www.alagoinhas.ba.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2015.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. ENUFBA. **Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar**. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 jun. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: República Federativa do Brasil; **Alimentação escolar** [2013]. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>> Acesso em 24 Jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Resolução CD/FNDE N° 026**, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-legislacao>> Acesso em: 02 Fev. 2015.

_____. **Resolução CD/FNDE N° 038**, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-legislacao>> Acesso em: 02 Fev. 2015.

_____. **Resolução/CD/FNDE n° 32**, de 10 de agosto de 2006. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-legislacao>> Acesso em: 02 Fev. 2015.

_____. **Resoluções - CFN - Conselho Federal de Nutricionistas**. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFN-465-atribuicao-nutricionista-PAE.pdf>> Acesso em: 02 Fev. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Série B. Textos Básicos de Saúde, Brasília, 2. ed. revista, 2003. 48p.

EASTON, D. **A System Analysis of Political Life**. New York: Wiley, 1965.

GARCIA, R.W.D. **Representações sociais da alimentação e saúde e suas repercussões no comportamento alimentar**. Physis, Rio de Janeiro, 1997.

GUARESCHI, N. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, Marlene (Org.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

KELLY, Rita M.; PALUMBO, Dennis. Theories for Policy Making. In: HAWKESWORTH, Mary; KOCH, Maurice (Orgs). **Encyclopedia of Government and Politics**. London and New York, v. II, p. 643-655, 1992.

KINGDON, J. W. **Agenda, Alternatives and Public Policies**. 2. ed. Hallper Collins College Publishers; 1995.

LASWELL, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books, 1936/1958.

LINDDBLOM, C. E. **The Science of Muddling Through**. Public Administration Review. v. 19, p. 78-88, 1958.

MATUS, C. **Teoría del Juego Social**. Lanús: Ediciones de La UNLA. Colección Planificación e Políticas Públicas, 2007.

ORGANIZACIÓN PAN AMERICANA DE SALUD/OMS. Centro Panamericano de Planificación de Salud. **Formulación de Políticas de Salud**. Santiago: CEPAL/ILPES, 1975.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Herber, 1967.

PINTO, Isabela Cardoso de Matos; TEIXEIRA, Carmen Fontes. Formulação da política de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde: o caso da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia, Brasil, 2007-2008. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 9, p. 1777-1788, Sept. 2011 .

RIVERA, F. J.; ARTMANN, E. Planejamento e gestão em saúde: flexibilidade metodológica e agir comunicativo. **Ciência Saúde Coletiva**, v.4 n.2, p.355 – 365. 1999.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Educação - SEAD. Prefeitura Municipal de Salvador - PMS. **COORDENADOR PEDAGÓGICO: Traçando caminhos para a sua prática educativa**. Salvador, 2005. 42 p.

SILVA, E. G. **Desempenho Institucional: a política de qualificação dos docentes da UESB**. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado) – UNEB / Departamento de Ciências Humanas, Salvador.

SIMON, H. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, v. 8, n. 16, jul./dez., 2006, p. 20-45.

TEIXEIRA, C. F. (Org.) ; VILASBOAS, A. L. Q. (Org.) ; Abreu, W. L. J. (Org.) ; Cerqueira, S. C. (Org.) ; Rocha, M (Org.) . **Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiências**. Salvador: EDUFBA, 2010. v. unico. 161p .

TESTA, M. **Pensar em saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas. ABRASCO; 1992.

VIANNA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.

COMENTÁRIO FINAL

Durante o processo de construção da pesquisa de campo, diversas foram as dificuldades encontradas e superadas. As atribuladas tentativas de agendamento de entrevistas com gestores públicos, técnicos e conselheiros, devido o calendário atípico decorrente de eleições e eventos esportivos (copa do mundo); bem como a necessidade de organizar os planos, projetos e relatórios técnicos disponibilizados para realização da pesquisa documental, que demandava tempo e esforço ímpares, foram importantes para a análise e escrita da dissertação. As aproximações com o cenário de implementação do programa foram essenciais para elucidar aspectos envolvidos na execução municipal do programa, seja pela complementação ou contraposição de informações. As pesquisas documentais, observações realizadas pelo investigador durante a estadia no município e as entrevistas com outros atores sociais do programa, além dos informantes-chave previamente elencados, constituíram importante arcabouço para a pesquisa. A espera pela aprovação do projeto pelo Comitê de Ética foi outro fator que impactou na mudança do cronograma para realização deste estudo.

Embora a pesquisa de campo tivesse sido estruturada, foi de fundamental importância a receptividade dos entrevistados e dos gestores locais, pois além de ocupar-se das suas funções técnicas e administrativas proporcionaram um espaço e disponibilizaram a sua presença para contribuir com a pesquisa. Portanto, o sucesso do trabalho perpassa pelas contribuições dadas pelo município selecionado. Além deste aspecto, destacam-se as importantes contribuições dos autores e referências utilizadas, quando da leitura dos diversos artigos na primeira etapa da pesquisa, possibilitando a utilização adequada desta proposta metodológica de análise do processo de formação do PNAE.

Outra consideração relevante diz respeito à análise das falas dos entrevistados. Esta leva à reflexão da necessidade de uma qualificação da equipe através da ação da educação permanente, para atuação junto aos atores envolvidos na execução do programa. Outro achado é a necessidade de ampliar as ações de uma rede estruturada, capaz de servir de retaguarda às demandas identificadas. Por fim, nesse contexto de análise, percebe-se a necessidade de realizar ajustes e revisão, a depender das características locais de implementação do programa.

APENDICE 1 – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PESQUISADOS

| | Identificação do Documento/Título | Autores/ Instituição | Tipo de documento | Conteúdo | Data /Ano de publicação | Local | Meio de Divulgação |
|---|-----------------------------------|----------------------|-------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|---------------|--------------------|
| 1 | Medida Provisória nº 2.178 | MEC/FNDE | Medida Provisória | Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei no 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências. | 2001 | Brasília - DF | DOU/Eletrônico |
| 2 | Acordo de Cooperação Técnica | FNDE/UFBA-ENUFBA | Acordo | O CECANE-UFBA executa projetos relacionados à formação, pesquisa e assessoria técnica aos municípios vinculados às ações do Programa de alimentação e nutrição dos escolares na rede públicas de ensino. | 2005 | Brasília - DF | DOU/Eletrônico |
| 3 | Resolução nº 32 | FNDE | Resolução | Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. | 2006 | Brasília - DF | DOU/Eletrônico |
| 4 | Portaria nº 1010 | MEC/MS | Portaria | Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. | 2006 | Brasília - DF | DOU/Eletrônico |
| 5 | Plano Anual de Trabalho | FNDE ENUFBA | Contrato | O Plano de Trabalho do CECANE-UFBA-FNDE nos anos de 2010-2012 busca ampliar e aprofundar as discussões sobre Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada, Agricultura Familiar, Controle Social e Saúde Escolar, principais eixos norteadores das ações acerca da alimentação escolar. Esses itens são priorizados no desenvolvimento das atividades junto aos atores: escolares (crianças e adolescentes), coordenadores da alimentação escolar, coordenadores pedagógicos, conselheiros, merendeiros e nutricionistas do PNAE, a fim de contribuir para o fortalecimento deste Programa na região Nordeste, em especial da Bahia e Sergipe. | 2008 | Brasília - DF | DOU/Eletrônico |
| 6 | Resolução nº 38 | FNDE | Resolução | Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. | 2009 | Brasília - DF | DOU/Eletrônico |
| 7 | Resolução nº 19 | FNDE | Resolução | Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. | 2013 | Brasília - DF | DOU/Eletrônico |

II. Locais

| N | Identificação do Documento/Título | Autores/ Instituição | Tipo de documento | Conteúdo | Ano de publicação | Local | Meio de Divulgação |
|---|-----------------------------------|----------------------|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------|--------------------|
| 1 | Programação Anual | CECANE UFBA/FNDE | Documento técnico | O documento descreve a programação a ser desenvolvida pelo CECANE no ano de 2009, com os objetivos, as metas, as atividades, os responsáveis, o prazo de execução, além dos indicadores de avaliação. | 2005 | Salvador-Ba | DOU/EI eletrônico |
| 2 | Plano Anual de Trabalho | CECANE UFBA/FNDE | Contrato | Contribuir com subsídios teórico-práticos, normativos e crítico-reflexivos para uma atuação comprometida dos atores sociais do PNAE no cotidiano dos seus processos de trabalho. | 2009 | Salvador-Ba | DOU/EI eletrônico |
| 3 | Plano Anual de Trabalho | CECANE UFBA/FNDE | Contrato | Busca ampliar e aprofundar as discussões sobre Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada, Agricultura Familiar, Controle Social e Saúde Escolar, principais eixos norteadores das ações acerca da alimentação escolar. Esses itens são priorizados no desenvolvimento das atividades junto aos atores: escolares (crianças e adolescentes), coordenadores da alimentação escolar, coordenadores pedagógicos, conselheiros, merendeiros e nutricionistas do PNAE, a fim de contribuir para o fortalecimento deste Programa na região Nordeste, em especial da Bahia e Sergipe. | 2010-2012 | Salvador-Ba | DOU/EI eletrônico |

III. Outros

| N | Identificação do Documento/Título | Autores/ Instituição | Tipo de documento | Conteúdo | Ano de publicação | Local | Meio de Divulgação |
|---|-----------------------------------|----------------------|-------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|--------------|--------------------------------------|
| 2 | Artigo | CECANE UFRGS | Artigo | Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade | 2012 | Salvador -Ba | Revista de Ciências e Saúde Coletiva |
| 1 | Artigo | CECANE UFBA | Artigo | Formação de Coordenadores Pedagógicos em alimentação escolar: um relato de experiências. | 2013 | Salvador -Ba | Revista de Ciências e Saúde Coletiva |

APENDICE 2 – RELAÇÃO DE INFORMANTES-CHAVES

Coordenadora da Equipe Técnica do Projeto de Formação

| N | Nome completo | Cargo ou função atual | Papel que desempenhou / ou desempenha no processo |
|---|---------------|-----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | Amélia Reis | Agente PNAE | Membro da Equipe Técnica responsável pela condução da elaboração do processo de formação. |

Atores do PNAE no município selecionado

| N | Nome Fictício | Cargo ou função atual | Perfil | Papel que desempenhou / ou desempenha no processo |
|---|-------------------|--------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 | Dama de copas | Coordenadora da Alimentação Escolar e Nutricionista responsável técnica. | Feminino; 37 anos; formada pela UNEB; Especializações: em Docência do Ensino superior Estácio de Sá 2001-2002, Nutrição clínica pela Faculdade São Camilo 2002- 2004 e obesidade e emagrecimento pela Universidade Veiga de Almeida em 2004. | Coordenadora do programa da alimentação escolar no município. Forma de inserção: Concurso público-2006 |
| 2 | Rei de paus | Conselheiro 1 | Feminino: 45 anos, casada, Pedagoga | Forma de inserção: Concurso público |
| 3 | Reide ouros | Conselheiro 2 | Feminino: 38 anos, casada, Pedagoga | Forma de inserção: Concurso público |
| 4 | Valete de copas | Coordenador pedagógico 1 | Masculino; 39 anos, solteiro, especialista em educação. | Forma de inserção: Concurso público |
| 5 | Valete de espadas | Coordenador (a) Pedagógico 2 | Feminino; 40 anos; Pedagoga. | Forma de inserção: Concurso público |

APÊNDICE 3A - ROTEIRO PARA IDENTIFICAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO (Informante: GESTOR LOCAL PAE)

Município: _____

Nome: _____

Cargo: _____ (contrato/concurso) Tempo em exercício: _____

Telefone/e-mail _____

CARACTERIZAÇÃO DO PNAE NO MUNICÍPIO

a) Clientela atendida em seu Município:

() Ensino Fundamental

() Ensino Fundamental + Supletivo

() Ensino Fundamental + Supletivo + Médio

() Outra. Qual? _____

b) Número de alunos atendidos _____ Número de escolas atendidas _____

Ano 2009 ()

Ano 2010 ()

Ano 2011 ()

Ano 2012 ()

c) Modalidade de atendimento:

- () Escolarização (recurso encaminhado diretamente à escola)
 () Terceirização (empresa contratada para preparar e servir a merenda)
 () Aquisição centralizada
 () Aquisição centralizada + recurso encaminhado às escolas para complementação
 () Outra. Qual? _____

APÊNDICE 3B - CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO

Quadro Características gerais do Município-caso

| DESCRIÇÃO | 2012 | 2009 |
|----------------------------------------|---------|---------|
| População estimada 2014 ⁽¹⁾ | 153.560 | 153.560 |
| População 2010 | 141.949 | 141.949 |
| Área da unidade territorial (km²) | 718,089 | 718,089 |
| Densidade demográfica (hab/km²) | 188,67 | 188,67 |
| | | |

Quadro Características da rede de Ensino Fundamental do Município-caso.

| DESCRIÇÃO | 2012 | 2009 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Professores do ensino fundamental | 1527 | 1383 |
| Alunos do ensino fundamental | 31840 | 32470 |
| Unidades de Ensino | 253 | 238 |
| Orçamento anual para Educação Básica | 68.811.556,33 | 35.395.508,72 |
| PIB (R\$) | 1.663.138,00 | 1.111.933,00 |

Elaborada pelo autor, 2015. Fonte: As informações são oriundas de pesquisas e levantamentos correntes do IBGE e dados de outras instituições, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Ministério da Educação e do Desporto - INEP/MEC; Tribunal Superior Eleitoral - TSE; Banco Central do Brasil - BACEN/MF, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda - STN/MF e Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN/MCidades (Ministério das Cidades).

**APÊNDICE 4A –
ROTEIROS PARA ENTREVISTA I: GESTORES DO CECANE**

1. De que forma você participou da formulação / implantação do processo de formação dos atores do PNAE?
2. O que determinou a construção do Plano de Trabalho de formação dos atores do PNAE?
3. De que forma ocorreu a elaboração do Plano de Trabalho de formação dos atores do PNAE?
4. Como se deu a operacionalização do programa pelo CECANE UFBA?
5. Em sua opinião, qual o papel desempenhado pela sociedade civil nesse processo? E qual o papel do governo municipal?

**APÊNDICE 4B ROTEIRO PARA ENTREVISTA II:
NUTRICIONISTA/ COORDENADORA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

1. Considerando sua experiência no processo de implantação do PNAE, como você definiria a atribuição do Nutricionista e da Coordenadora da alimentação escolar?
2. Como foi desenvolvido o processo de capacitação?
3. Qual e como os temas abordados foram trabalhados em sua prática na execução do programa em seu município?
4. Como você avalia o impacto do processo de capacitação na execução do PNAE no seu município (contribuiu para a ampliação dos atores envolvidos? melhorou a relação entre os gestores e os agentes do Programa?)
5. Em sua opinião como poderia se aperfeiçoar o processo de capacitação dos agentes do PNAE? Existem conhecimentos e habilidades que não foram contemplados na formação? Que métodos e atividades poderiam ser incorporados para melhorar o processo?

**APÊNDICE 4C – ROTEIRO PARA ENTREVISTA III:
COORDENADOR PEDAGÓGICO**

1. Considerando sua experiência no processo de implantação do PNAE, como você definiria a atribuição do Coordenador pedagógico?
2. Como foi desenvolvido o processo de capacitação?
3. Qual e como os temas abordados foram trabalhados em sua prática na execução do programa em seu município?
4. Como você avalia o impacto do processo de capacitação na execução do PNAE no seu município?
5. Na sua opinião, como poderia se aperfeiçoar o processo de capacitação dos agentes do PNAE? Existem conhecimentos e habilidades que não foram contemplados na formação? Que métodos e atividades poderiam ser incorporados para melhorar o processo?

**APÊNDICE 4D - ROTEIRO PARA ENTREVISTA IV
CONSELHEIRO**

1. Considerando sua experiência no processo de implantação do PNAE, como você definiria a atribuição do Conselheiro da alimentação escolar?
2. Como foi desenvolvido o processo de capacitação?
3. Qual e como os temas abordados foram trabalhados em sua prática na execução do programa em seu município?
4. Como você avalia o impacto do processo de capacitação na execução do PNAE no seu município?
5. Na sua opinião, como poderia se aperfeiçoar o processo de capacitação dos agentes do PNAE? Existem conhecimentos e habilidades que não foram contemplados na formação? Que métodos e atividades poderiam ser incorporados para melhorar o processo?

APENDICE 5 – MATRIZ DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS RELATIVOS AO PROJETO DE FORMAÇÃO DOS ATORES DO PNAE

| Objetivo | Metas | Atividades Programada | Participantes/ Responsáveis | Resultados Alcançados |
|----------|-------|-----------------------|--------------------------------|-----------------------|
| | | | | |
| | | | | |

APENDICE 6 – MATRIZ DE ANALISE DOS DOCUMENTOS RELATIVOS AO PROCESSO DE FORMAÇÃO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO MUNICIPAL

| Atividade | Público Participante | Objetivos | Conteúdo Programático | Metodologia | Recursos Didáticos | Tempo de Duração (CH) |
|-----------|----------------------|-----------|-----------------------|-------------|--------------------|-----------------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

APENDICE 7 – MATRIZ DE ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS ATORES MUNICIPAIS SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO

| Categoria de análise/ Informante-chave | Percepção acerca da atribuição do ator no PNAE | Características do processo de formação | Conteúdos utilizados na prática após a formação | Avaliação do impacto da formação | Lacunas no processo (conteúdos e atividades) |
|----------------------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------------------|
| Nutricionista/ Coordenador da alimentação escolar (1) | | | | | |
| Coordenador pedagógico (2) | | | | | |
| Conselheiro (2) | | | | | |

**APENDICE 8A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**

Eu, _____, membro do Conselho de Alimentação Escolar - município de Alagoinhas – representante do (a) _____, fui convidado(a) (a) a participar como entrevistado da pesquisa intitulada “**Análise do processo de formação dos Atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso sobre CECANE UFBA**”, realizada pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fui informado (a) que a pesquisa tem por objetivo analisar a implementação e execução do processo de formação dos atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir da percepção dos atores acerca da contribuição desse processo para o aperfeiçoamento de suas práticas na execução do PNAE em seu município, que a mesma será gravada para posterior transcrição e guardada por cinco (05) anos, sendo descartada após esse período. Também fui esclarecido (a) que todas as informações e opiniões por mim emitidas serão guardadas em sigilo e utilizadas apenas para os fins do estudo, e que eu não serei identificado (a). Após os esclarecimentos, a equipe de pesquisa deste projeto deixou claro que minha participação é voluntária e que poderei suspender a minha contribuição a qualquer momento, sem que isto signifique qualquer prejuízo para mim. Fui ainda informado (a) que, em caso de dúvida ou questionamento sobre qualquer procedimento da pesquisa, poderei entrar em contato com as seguintes pesquisadoras e/ou instituição:

- Pesquisador responsável: Raimundo Manoel de Jesus Filho. Contato: (71) 3212-2475, e-mail: raimundomanoel@yahoo.com.br.
- Pesquisadora orientadora: Profa, Dra. Carmen Teixeira Fontes. Contato (71) 3263.7727/7719, e-mail: carmentf@ufba.br.
- Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia (CEPNUT/ENUFBA/UFBA) - Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador–Ba. Tel: (71) 3283-7704 / Fax: (71) 3283-7705, email: cepnut@ufba.br.

Dessa maneira, após estes esclarecimentos e de conhecer o objetivo da pesquisa e a utilização a ser dada a informação, concordo em participar da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao (a) entrevistado (a).

Alagoinhas, de de 2014.

Assinatura da Nutricionista/coordenadora da alimentação escolar

**APENDICE 8B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TCLE)**

Eu, _____,
membro do Conselho de Alimentação Escolar - município de Alagoinhas – representante do
(a) _____, fui convidado(a) (a) a participar como
entrevistado da pesquisa intitulada “**Análise do processo de formação dos Atores do
Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso sobre CECANE
UFBA**”, realizada pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal
da Bahia (UFBA). Fui informado (a) que a pesquisa tem por objetivo analisar a
implementação e execução do processo de formação dos atores do Programa Nacional de
Alimentação Escolar a partir da percepção dos atores acerca da contribuição desse processo
para o aperfeiçoamento de suas práticas na execução do PNAE em seu município, que a
mesma será gravada para posterior transcrição e guardada por cinco (05) anos, sendo
descartada após esse período. Também fui esclarecido (a) que todas as informações e
opiniões por mim emitidas serão guardadas em sigilo e utilizadas apenas para os fins do
estudo, e que eu não serei identificado (a). Após os esclarecimentos, a equipe de pesquisa
deste projeto deixou claro que minha participação é voluntária e que poderei suspender a
minha contribuição a qualquer momento, sem que isto signifique qualquer prejuízo para
mim. Fui ainda informado (a) que, em caso de dúvida ou questionamento sobre qualquer
procedimento da pesquisa, poderei entrar em contato com as seguintes pesquisadoras e/ou
instituição:

- Pesquisador responsável: Raimundo Manoel de Jesus Filho. Contato: (71) 3212-2475, e-mail: raimundomanoel@yahoo.com.br.
- Pesquisadora orientadora: Profa, Dra. Carmen Teixeira Fontes. Contato (71) 3263.7727/7719, e-mail: carmentf@ufba.br.
- Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia (CEPNUT/ENUFBA/UFBA) - Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador–Ba. Tel: (71) 3283-7704 / Fax: (71) 3283-7705, email: cepnut@ufba.br.

Dessa maneira, após estes esclarecimentos e de conhecer o objetivo da pesquisa e a utilização a ser dada a informação, concordo em participar da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao (a) entrevistado (a).

Alagoinhas, de de 2014.

Assinatura do Coordenador Pedagógico

**APENDICE 8C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO (TCLE)**

Eu, _____,
membro do Conselho de Alimentação Escolar - município de Alagoinhas – representante do
(a) _____, fui convidado(a) (a) a participar como
entrevistado da pesquisa intitulada “**Análise do processo de formação dos Atores do
Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso sobre CECANE
UFBA**”, realizada pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal
da Bahia (UFBA). Fui informado (a) que a pesquisa tem por objetivo analisar a
implementação e execução do processo de formação dos atores do Programa Nacional de
Alimentação Escolar a partir da percepção dos atores acerca da contribuição desse processo
para o aperfeiçoamento de suas práticas na execução do PNAE em seu município, que a
mesma será gravada para posterior transcrição e guardada por cinco (05) anos, sendo
descartada após esse período. Também fui esclarecido (a) que todas as informações e
opiniões por mim emitidas serão guardadas em sigilo e utilizadas apenas para os fins do
estudo, e que eu não serei identificado (a). Após os esclarecimentos, a equipe de pesquisa
deste projeto deixou claro que minha participação é voluntária e que poderei suspender a
minha contribuição a qualquer momento, sem que isto signifique qualquer prejuízo para
mim. Fui ainda informado (a) que, em caso de dúvida ou questionamento sobre qualquer
procedimento da pesquisa, poderei entrar em contato com as seguintes pesquisadoras e/ou
instituição:

- Pesquisador responsável: Raimundo Manoel de Jesus Filho. Contato: (71) 3212-2475, e-mail: raimundomanoel@yahoo.com.br.
- Pesquisadora orientadora: Profa, Dra. Carmen Teixeira Fontes. Contato (71) 3263.7727/7719, e-mail: carmentf@ufba.br.
- Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia (CEPNUT/ENUFBA/UFBA) - Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador–Ba. Tel: (71) 3283-7704 / Fax: (71) 3283-7705, email: cepnut@ufba.br.

Dessa maneira, após estes esclarecimentos e de conhecer o objetivo da pesquisa e a utilização a ser dada a informação, concordo em participar da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao (a) entrevistado (a).

Alagoinhas, de de 2014.

Assinatura do Membro do CAE

ANEXOS



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Alagoinhas, 12 de março de 2014.

Ao
Comitê de Ética em Pesquisa da ENUFBA - CEPNUT
A/c. **Prof. Vilson Caetano de Souza Junior** - Coordenador.

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, **Caio de Castro Souza**, Secretário Municipal da Educação - SEDUC, venho por meio desta informar a V. S^a. que autorizo o(a) pesquisador(a) **Raimundo Manoel de Jesus Filho** aluno(a) do curso de Mestrado da Universidade Federal da Bahia – UFBA, a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada “**Análise do processo de formação dos “atores” do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso sobre o CECANE-UFBA.**”, sob orientação das Profa. Dra. Carmen Fontes de Souza Teixeira e Profa. Dra. Maria do Carmo Soares de Freitas.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas coresponsabilidades como *instituição co-participante* do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.


Caio de Castro Souza
Secretário Municipal de Educação

ESCOLA DE NUTRIÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA/ ENUFBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Análise do processo de formação dos atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso sobre o CECANE-UFBA.

Pesquisador: RAIMUNDO MANOEL DE JESUS FILHO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 23614614.9.0000.5023

Instituição Proponente: Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia/ ENUFBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 628.242

Data da Relatoria: 20/04/2014

Apresentação do Projeto:


O projeto pretende analisar o processo de formação dos atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar implementado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar, Região Nordeste, realizado pela Escola de Nutrição da UFBA, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE/MEC. O CECANE - UFBA. A metodologia será desenvolvida em duas etapas que correspondem a dois planos de análise: o geral (do projeto de formação dos atores elaborado pelo CECANE UFBA) e o particular (do estudo de caso em um município sobre a visão dos participantes sobre a execução deste projeto). As técnicas de produção de dados incluem revisão documental e entrevistas. Plano de análise contemplará três aspectos: A análise do processo de elaboração do projeto de formação dos atores do PNAE; a proposta de formação dos atores e percepção dos participantes sobre a formação recebida.

Objetivo da Pesquisa:

Foram anunciados os seguintes objetivos:

1. Descrever o processo de formulação do projeto de formação dos atores do PNAE desenvolvido na Escola de Nutrição da UFBA no período 2009-2012.
2. Analisar o processo de formação dos atores do PNAE, realizado pelo CECANEUFBA nos estados de Bahia e Sergipe no período 2009-2012.

Endereço: Av. Araújo Pinho nº 32
Bairro: Canela CEP: 40.110-150
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (713)263-7710 Fax: (713)263-7704 E-mail: enufba@ufba.br, cepnut@ufba.br

**ESCOLA DE NUTRIÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA/ ENUFBA**


Continuação do Parecer: 628.242

3. Analisar a percepção dos atores acerca da contribuição desse processo para o aperfeiçoamento de suas práticas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não foram identificados riscos para os participantes do estudo, diante as abordagens utilizadas. Os benefícios incidem pelo potencial de colaborar para o preenchimento de uma lacuna no conhecimento acerca da formação dos atores do PNAE. Ressalte-se, ainda, a possibilidade de discutir o papel e a contribuição da Universidade (neste caso, da Escola de Nutrição) na implementação e avaliação das Políticas Públicas de Políticas de Alimentação e Nutrição.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa apresentado será desenvolvido com recursos próprios. Trata-se de projeto de dissertação do Programa de Pósgraduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, com orientação e co-orientação de docentes do Instituto de Saúde Coletiva e Escola de nutrição da UFBA, respectivamente. O projeto está bem fundamentado, objetivos claros e metodologia capaz de responder a hipótese central do estudo. Conta com recursos humanos com capacidade técnica e profissional para desempenhar as atividades propostas no projeto. Os aspectos éticos foram devidamente considerados, com procedimentos que asseguram o sigilo e confidencialidade das informações.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta documento comprobatório de autorização do Secretário de Educação do município selecionado para realização da pesquisa. Ademais, foram apresentados quatro modelos de TCLE: membros do Conselho de Alimentação do Escolar (CAE), coordenador de alimentação; coordenador pedagógico e nutricionista.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Parecer favorável à aprovação do projeto, salvo melhor juízo.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Araújo Pinho nº 32
 Bairro: Canela CEP: 40.110-150
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (713)263--7710 Fax: (713)263--7704 E-mail: enufba@ufba.br, cepnut@ufba.br

ESCOLA DE NUTRIÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA/ ENUFBA



Continuação do Parecer: 628.242

Considerações Finais a critério do CEP:

SALVADOR, 28 de Abril de 2014

Assinador por:
Vilson Caetano de Sousa Júnior
(Coordenador)

Endereço: Av. Araújo Pinho nº 32
Bairro: Canela CEP: 40.110-150
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (713)263--7710 Fax: (713)263--7704 E-mail: enufba@ufba.br, cepnut@ufba.br

EDITAL 001/2009

Processo Seletivo de Agentes PNAE por Tempo Determinado

A Coordenação do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar – FNDE/UFBA (CECANE- UFBA) torna público o presente processo de seleção de Bolsistas por tempo determinado para o cargo de **Agente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**.

1. Preâmbulo

Tomando por base a Portaria Interministerial nº. 1010, de 08 de maio de 2006, o FNDE resolveu instituir os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE), através de parcerias com Instituições de Ensino Superior para acordos de cooperação técnica ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A partir do(s) CECANE(s) - parcerias firmadas entre FNDE e IES - a coordenação central do PNAE pretende promover projetos de educação permanente, pesquisa e uma ampla avaliação do programa, para redefinição de estratégias.

Dessa forma, as Universidades, através do CECANE, estão realizando projetos relacionados à alimentação e nutrição dos estudantes das redes públicas de ensino, ao desenvolvimento de ações de apoio à gestão e controle social do programa, à criação de metodologia didático-pedagógica e cursos de curta duração para formação de profissionais de nutrição, de educação, auxiliares técnicos (merendeiras), conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais, na especificidade da alimentação escolar. As atividades desenvolvidas pelos Centros Colaboradores deverão, ainda, incluir estágios _extracurriculares, projetos de extensão e de iniciação científica em temáticas relacionadas ao PNAE, envolvendo acadêmicos das diversas áreas de conhecimento.

2. Das Disposições Preliminares

- 2.1. Número de vagas: 01 vaga para Nutricionista e 01 vaga para Contador.
- 2.2. Regime de trabalho: 30 horas / semanais.
- 2.3. Regime de contrato: Bolsa - via Fundação de Apoio e Pesquisa a Extensão (FAPEX).
- 2.4. O processo seletivo será realizado por uma comissão examinadora constituída pela Coordenação de Gestão e Subcoordenações do CECANE – UFBA.

3. Da inscrição

- 3.1. As inscrições serão abertas no período de 12/08/2009 a 14/08/2009.
- 3.2. Não serão cobrados quaisquer valores ou taxas para a realização da inscrição.
- 3.3. O candidato deve requerer a sua inscrição mediante entrega do **formulário anexo** devidamente preenchido, no Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE-UFBA), localizado na Escola de Nutrição da UFBA, Rua Araújo Pinho, 32, Canela, Salvador – Bahia, no período descrito no item 2.1 (nos dias úteis), nos seguintes horários: 09h00min às 11h30min e de 13h30min às 17h00min.
- 3.4. O requerimento de inscrição deverá estar instituído com:
 - I – Original e cópia, a ser conferido por funcionário credenciado no ato da inscrição, dos seguintes documentos:
 - a) diploma de graduação em Nutrição ou Ciências Contábeis, requisito mínimo;
 - b) título de Mestre, de Doutor ou de Livre-Docente, requisito complementar e opcional;
 - c) documento oficial de Identidade, para brasileiros;

- d) habilitação profissional devidamente registrada no Conselho correspondente;
 - e) prova de quitação com o serviço militar, para brasileiros;
- II - Currículo Lattes, considerando os últimos 5 anos atualizado, com os documentos comprobatórios, em 1 via;
- 3.5. Para a titulação exigida no item anterior, somente serão considerados:
- a) os diplomas de graduação registrados ou revalidados, até a contratação;
 - b) os títulos de Mestre e Doutor expedidos por instituições de ensino superior nacionais ou por universidades estrangeiras registrados ou revalidados, até a contratação;
 - c) os títulos de Doutor obtidos na forma da legislação anterior à Lei nº 5.540 de 28/12/68;
 - d) os títulos de Livre-Docente expedidos por instituições de ensino superior reconhecidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- 3.6. A inscrição poderá ser efetivada pelo candidato ou seu procurador legalmente constituído.
- 3.7. **Não será aceita em hipótese alguma inscrição condicionada.**
- 3.8. Os dados informados no ato da inscrição serão de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 3.9. A qualquer tempo poderão ser anuladas a inscrição, as provas e a contratação do candidato, desde que verificada a falsidade em qualquer declaração prestada e/ou qualquer irregularidade nas provas ou em documentos apresentados.

4. Requisitos básicos para o cargo (Agente do PNAE)

- 4.1. Experiência em planejamento, execução e/ou avaliação de projetos da área de alimentação e finanças públicas com ênfase em políticas públicas em geral e na área da alimentação e nutrição do escolar e/ou segurança alimentar e nutricional;
- 4.2. Conhecimento nas áreas de contabilidade pública, governamental e auditoria pública.
- 4.3. Pós-graduação concluída e/ou em andamento na área temática de alimentação do escolar, saúde pública, alimentos, alimentação institucional, finanças e auditoria pública e áreas afins.
- 4.4. Ter disponibilidade para viagens de curta/ média duração;
- 4.5. Dispor de 30 (trinta horas) semanais para dedicar-se às atividades do CECANE-UFBA;
- 4.6. Disponibilidade eventual para exercer atividades em finais de semana e períodos noturnos, não ultrapassando a jornada de 30 horas/ semanais;
- 4.7. Ter habilidade para uso de mídias, computador e pacote Office para Windows;
- 4.8. Ter familiaridade com o acesso a bases de dados indexadas e portais de pesquisa científica;
- 4.9. Ter organização, síntese e boa redação;
- 4.10. Ter um bom relacionamento pessoal e habilidade para trabalho em equipe;
- 4.11. Estar disponível para atuar como preceptor de estudantes, monitores e bolsistas integrantes da equipe do CECANE-UFBA.

5. Atividades previstas

- 5.1. Atividade de formação (educação permanente e continuada) e treinamento de agentes envolvidos com a alimentação escolar;
- 5.2. Elaboração de projetos, relatórios, apresentações, materiais didáticos, pareceres e outros documentos relativos às atividades do CECANE-UFBA;
- 5.3. Assessoria aos coordenadores na realização de suas atividades;
- 5.4. Elaboração, análise e interpretação de bancos de dados;
- 5.5. Elaboração de informes técnicos e científicos;
- 5.6. Participação no planejamento e organização, além do apoio na execução dos projetos de formação para que contribuam com a execução do PNAE;

- 5.7. Participação na elaboração de materiais didático-pedagógicos para o desenvolvimento dos projetos e pesquisas;
- 5.8. Participação em pesquisas nas áreas de nutrição, alimentação e saúde do escolar, segurança alimentar e nutricional ou assuntos correlatos ao PNAE;
- 5.9. Participação na elaboração de normas técnicas, resoluções, princípios e diretrizes do PNAE, quando solicitado pelo coordenador de gestão;
- 5.10. Participar e/ou organizar eventos de áreas afins a Alimentação Escolar;
- 5.11. Acompanhamento e/ou desenvolvimento de metodologias de pesquisa em Alimentação Escolar;
- 5.12. Colaboração com a divulgação do PNAE em nível nacional e/ou internacional, além do apoio na execução do programa em outros países, desde que designado pelo coordenador de gestão a pedido da Coordenação-Geral de Programas de Alimentação Escolar (CGPAE).

6. Perfil necessário

Conhecimento do Programa de Alimentação Escolar, Políticas Públicas para Alimentação Saudável e Segurança Alimentar e Nutricional, Controle de Qualidade e/ou Teste de Aceitabilidade, modalidades de licitação e prestação de contas no âmbito do PNAE, sendo desejável experiência no PNAE ou em projetos relacionados.

7. Da distribuição das vagas e contrato

7.1. Objeto: Atuação temporária como Agente do PNAE.

7.2. Setor: Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar – FNDE/UFBA (CECANE-UFBA).

7.3. Período de atuação: setembro a dezembro de 2009.

| Cargo | Número de vagas | | | Regime de trabalho | Remuneração mensal |
|--------------------------------|---------------------|------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| | Convocação imediata | Cadastro reserva | Total de vagas | | |
| Agente do PNAE - Nutricionista | 1 | 0 | 1 | 30 h/sem | R\$ 2.500,00 |
| Agente do PNAE - Contador | 1 | 0 | 1 | 30 h/sem | R\$ 2.500,00 |

Remuneração: valor líquido a ser recebido na forma de bolsa de pesquisa.

8. Da vigência deste processo seletivo

Esta seleção terá vigência de 4 (quatro) meses não prorrogável.

9. Do cronograma

| <i>Datas e prazos</i> | <i>Descrição</i> |
|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 12 a 14/08/2009 | Período de inscrição Local: CECANE-UFBA. |
| 17/08/2009 | Análise do currículo. |
| 18/08/2009 | Divulgação do local de entrevista e horário Local: Faculdade de Nutrição - UFBA (mural da ENUFBA) e via e-mail dos |

| | |
|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | inscritos. |
| 19/08/2009 | Realização de entrevista com candidatos. |
| 20/08/2009 | Divulgação do resultado final Local: Faculdade de Nutrição - UFBA (mural da ENUFBA e no site www.nutricao.ufba.br) |

10. Critérios de seleção

A seleção constará de avaliação do currículo e entrevista presencial realizada pela comissão de examinadores constituída pela Coordenação de Gestão e Subcoordenações do CECANE-UFBA. A data e horário da entrevista serão agendados e divulgados. Na entrevista o (a) candidato (a) será argüido sobre questões relacionadas a atuação na área de políticas públicas de alimentação, nutrição e/ou segurança alimentar e nutricional, e sua relação com a atuação no CECANE-UFBA.

11. Resultado final da seleção

A classificação será definida mediante o somatório dos pontos obtidos nas análises do currículo e entrevista, sendo o 1º classificado aquele candidato que obtiver o maior número de pontos. Em caso de empate no resultado final, serão utilizados os seguintes critérios para desempate:

- 1º - Maior pontuação no currículo e na entrevista.
- 2º - Maior tempo de experiência na área, conforme disposto no currículo lattes.

12. Das Disposições Gerais

12.1. A bolsa concedida não implicará em vínculo empregatício com o CECANE-UFBA ou com qualquer instituição relacionada a este;

12.2. O agente do PNAE será desligado do grupo, a qualquer momento, nos seguintes casos:

I – não cumprir os requisitos especificados nos itens 3 e 4 deste documento;

II – manifestar desejo de desistência;

III – envolver-se em ações não condizentes com os objetivos do CECANE-UFBA e do FNDE;

IV – apresentar desempenho insatisfatório, avaliado pela Coordenação e Subcoordenações do Projeto.

12.3. O não cumprimento das exigências desse processo de seleção ou qualquer falsidade nas declarações ou irregularidades nos documentos apresentados implicará na desclassificação e desligamento do candidato;

12.4. Para quaisquer esclarecimentos relativos a este processo de seleção, os interessados deverão procurar o CECANE-UFBA, a quem cabe conduzir todo o processo de seleção;

12.5. Os casos omissos serão analisados pela Coordenação do CECANE-UFBA;

12.6. Os candidatos que se inscreverem ao cargo descrito neste Processo de Seleção, estão acatando as normas aqui descritas, não cabendo questionamento quanto ao resultado apresentado.

Salvador, 11 de agosto de 2009.

Gardênia Abreu Vieira Fontes

*Coordenadora de Gestão do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar -
FNDE / UFBA*

EDITAL 002/2009

Processo Seletivo de Monitores para o Cadastro de Reserva por Tempo Determinado

A Coordenação do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar – FNDE/UFBA (CECANE – FNDE/ UFBA) torna público o presente *Processo Seletivo de Monitores para o Cadastro de Reserva por Tempo Determinado*.

Trata o presente Edital da seleção de profissionais Nutricionistas, Pedagogos e Contadores, com a finalidade exclusiva de compor especificamente o Cadastro de Reserva de Monitores do CECANE-UFBA, com isenção total de responsabilidade de criação de vínculo empregatício com os selecionados por parte do CECANE, FNDE, UFBA ou FAPEX. A composição de um cadastro de reserva tem a finalidade de atendimento condicionado à demanda e agenda, ao propósito de realização de atividades relacionadas às temáticas de interesse do CECANE-FNDE/UFBA e do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**, na vigência do plano de trabalho do CECANE-FNDE/UFBA assumido para o ano de 2009, através de acordo de cooperação técnica.

1. Preâmbulo

Tomando por base a Portaria Interministerial nº. 1010, de 08 de maio de 2006, o FNDE resolveu instituir os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (CECANE), através de parcerias com Instituições de Ensino Superior para acordos de cooperação técnica ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A partir do(s) CECANE(s) - parcerias firmadas entre FNDE e IES - a coordenação central do PNAE pretende promover projetos de educação permanente, pesquisa e uma ampla avaliação do programa, para redefinição de estratégias.

Dessa forma, as Universidades, através do CECANE, estão realizando projetos relacionados à alimentação e nutrição dos estudantes das redes públicas de ensino, ao desenvolvimento de ações de apoio à gestão e controle social do programa, à criação de metodologia didático-pedagógica e cursos de curta duração para formação de profissionais de nutrição, de educação, auxiliares técnicos (merendeiras), conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais, na especificidade da alimentação escolar. As atividades desenvolvidas pelos Centros Colaboradores deverão, ainda, incluir estágios_extracurriculares, projetos de extensão e de iniciação científica em temáticas relacionadas ao PNAE, envolvendo acadêmicos das diversas áreas de conhecimento.

2. Das Disposições Preliminares

2.1. Número de vagas: 08 vagas para Nutricionistas, 02 vagas para Contador e 03 vagas para Pedagogos.

2.2. Regime de trabalho: 48 horas por produto.

2.3. Regime de contrato: Prestação de Serviço por Produto - via Fundação de Apoio e Pesquisa a Extensão (FAPEX), sem vínculo empregatício.

2.4. O processo seletivo será realizado por uma comissão examinadora constituída pela Coordenação de Gestão e Subcoordenações do CECANE – UFBA, conforme as duas etapas abaixo:

1ª Etapa: Seleção para a Formação específica dirigida aos Monitores mediante análise do currículo e entrevista – esta etapa será eliminatória.

2ª Etapa: Participação no processo de formação de monitores e realização de prova didática.

Os candidatos selecionados na segunda etapa comporão o Cadastro de reserva de monitores do CECANE-UFBA.

A denominação de MONITOR é utilizada para identificar os profissionais selecionados pelo CECANE, para as finalidades específicas descritas nos itens 4 (quatro) e 5 (cinco).

3. Da inscrição

3.1. As inscrições serão abertas no período de 26/08/2009 a 27/08/2009

3.2. Não serão cobrados quaisquer valores ou taxas para a realização da inscrição.

3.3. O candidato deve requerer a sua inscrição mediante entrega do **formulário anexo** devidamente preenchido, na Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, na Rua Araújo Pinho, 32, no Bairro do Canela, Salvador – Bahia, no período descrito no item 2.1 (nos dias úteis), nos seguintes horários: 09h00min às 12h00min e de 14h00min as 17h00min.

3.4. O requerimento de inscrição deverá estar instituído com:

Original e cópia, a ser conferido por funcionário credenciado no ato da inscrição, dos seguintes documentos:

f) Diploma de graduação em Nutrição, Ciências Contábeis ou Pedagogia, requisito mínimo;

g) Título de pós-graduação se houver;

h) Habilitação profissional devidamente registrada no Conselho correspondente;

i) Prova de quitação com o serviço militar, para brasileiros;

II - Currículo Vitae, considerando os últimos cinco anos, atualizado, com os documentos comprobatórios, em uma via;

3.5. Para a titulação exigida no item anterior, somente serão considerados:

a) os diplomas de graduação e pós-graduação registrados ou revalidados, até a contratação;

3.6. A inscrição poderá ser efetivada pelo candidato ou seu procurador legalmente constituído.

3.7. **Não será aceita em hipótese alguma inscrição condicionada.**

3.8. Os dados informados no ato da inscrição serão de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.9. A qualquer tempo poderão ser anuladas a inscrição, a participação no processo seletivo e a contratação do candidato, desde que seja verificada irregularidade em qualquer uma das etapas.

4. Requisitos básicos para o cargo

4.1 Nutricionista

4.1.1. Experiência na área de alimentação e nutrição do escolar, segurança alimentar e nutricional e/ou em políticas públicas em geral;

4.1.2. Experiência em ensino (preferencialmente);

4.1.3. Ter disponibilidade para viagens de curta/ média duração;

4.1.4. Dispor de 4 (quatro) dias no período da Formação para dedicar-se às atividades do CECANE-UFBA, em campo;

4.1.5. Dispor de 16 (dezesesseis) horas semanais, nos períodos que antecedem e sucedem cada módulo de formação (formação), para as etapas de planejamento e avaliação do processo de formação;

4.1.6. Ter habilidade para uso de mídias, computador e pacote Office para Windows;

4.1.7. Ter familiaridade com o acesso a bases de dados indexadas e portais de pesquisa científica;

4.1.8. Ter organização, capacidade de síntese e boa redação;

4.1.9. Ter um bom relacionamento pessoal e habilidade para trabalho em equipe;

4.1.10. Cumprir prazos para elaboração de planos de trabalho e relatórios.

4.2 Contador

- 4.2.1. Conhecimento e experiência na aplicação da Lei 8.666/93, em finanças públicas com ênfase em políticas públicas em geral e na área da alimentação e nutrição do escolar;
- 4.2.2. Conhecimento nas áreas de contabilidade pública, governamental e auditoria pública;
- 4.2.3. Experiência em ensino (preferencialmente);
- 4.2.4. Ter disponibilidade para viagens de curta/ média duração;
- 4.2.5. Dispor de 4 (quatro) dias no período da Formação para dedicar-se às atividades do CECANE-UFBA em campo;
- 4.2.6. Dispor de 16 (dezesesseis) horas semanais, nos períodos que antecedem e sucedem cada módulo de formação (formação), para o processo de planejamento e avaliação do produto a ser executado;
- 4.2.7. Ter habilidade para uso de mídias, computador e pacote Office para Windows;
- 4.2.8. Ter familiaridade com o acesso a bases de dados indexadas e portais de pesquisa científica;
- 4.2.9. Ter organização, capacidade de síntese e boa redação;
- 4.2.10. Ter um bom relacionamento pessoal e habilidade para trabalho em equipe;
- 4.2.11. Cumprir prazos para elaboração de planos de trabalho e relatórios.

4.3 Pedagogo

- 4.3.1. Experiência comprovada de ensino na rede pública;
- 4.3.2. Participação em projetos pedagógicos de formação de educadores e/ou facilitadores;
- 4.3.3. Experiência em ensino de outra natureza;
- 4.3.4. Ter disponibilidade para viagens de curta/ média duração;
- 4.3.5. Dispor de 4 (quatro) dias no período da Formação para dedicar-se às atividades do CECANE-UFBA, em campo;
- 4.3.6. Dispor de 16 (dezesesseis) horas semanais, nos períodos que antecedem e sucedem cada módulo de formação (formação), para o cumprimento das etapas de planejamento e avaliação do processo de formação;
- 4.3.7. Ter habilidade para uso de mídias, computador e pacote Office para Windows;
- 4.3.8. Ter familiaridade com o acesso a bases de dados indexadas e portais de pesquisa científica;
- 4.3.9. Ter organização, capacidade de síntese e boa redação;
- 4.3.10. Ter um bom relacionamento pessoal e habilidade para trabalho em equipe;
- 4.3.11. Cumprir prazos para elaboração de planos de trabalho e relatórios.

5. Atividades previstas

- 5.1. Participar da atividade de formação para Monitores, de caráter obrigatório.
- 5.2. Desenvolvimento das atividades de formação dos agentes envolvidos com a alimentação escolar;
- 5.3. Elaboração de diários de campo, relatórios de avaliação, apresentações, planos de trabalho para cada ação e outros documentos relativos às Formações do CECANE-UFBA;
- 5.4. Assessoria à Coordenação e Subcoordenação de Educação Permanente no desenvolvimento das atividades de Formação;
- 5.5. Participação na elaboração de materiais didático-pedagógicos para o desenvolvimento das Formações;

6. Da Distribuição das vagas e contrato

- 6.1. **Objeto:** Composição temporária como Monitor do CECANE – UFBA, podendo ser convocado a prestar serviço.
- 6.2. **Setor:** Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar – FNDE/UFBA (CECANE-UFBA).
- 6.3. **Período de atuação:** eventualmente, mediante demanda por produto.

- 6.4. **Remuneração:** Valor Bruto de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por módulo de formação.

7. Da vigência deste processo seletivo

Esta seleção terá vigência de 04 (quatro) meses.

8. Do cronograma

| <i>Datas e prazos</i> | <i>Descrição</i> |
|-----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 26 a 27/08/2009 | Período de inscrição Local: ESCOLA DE NUTRIÇÃO- UFBA. Rua Araújo Pinho, 32. Canela. CECANE - SALA 1. |
| 28/08/2009 | Análise do currículo. Divulgação do local de entrevista e horário Local: Faculdade de Nutrição - UFBA (mural da ENUFBA) e via e-mail dos inscritos. |
| 31/08 a 02/09/2009 | Realização de entrevista com candidatos. Local: A definir |
| 04/09/2009 | Divulgação do resultado final Local: Faculdade de Nutrição - UFBA (mural da ENUFBA e no site www.nutricao.ufba.br) |

9. Critérios de seleção

A seleção ocorrerá em três etapas:

1) A primeira constará da análise do currículo realizada pela Comissão de Examinadores constituída pela Coordenação de Gestão e Subcoordenações do CECANE-UFBA. Esta etapa será eliminatória, sendo selecionados apenas 21 candidatos (12 nutricionistas, 04 contadores e 05 pedagogos) que participarão da segunda etapa.

2) A segunda etapa de seleção constará de entrevista presencial. Nesta etapa serão selecionados apenas 17 candidatos (10 nutricionistas, 03 contadores e 04 pedagogos) que participarão da terceira etapa.

3) A terceira etapa constará da participação como aluno no módulo específico de formação de Monitores e ao final, elaboração de um plano de aula e apresentação da aula planejada, que deverá ser sobre tema definido pela comissão examinadora. Em todas as etapas os candidatos serão avaliados mediante baremas específicos estabelecidos pelo CECANE-UFBA. No conjunto, o processo avaliativo constará de (5) cinco itens:

- a) Formação complementar e experiência profissional comprovada em área de interesse e afinidade com a temática da Alimentação e Nutrição do Escolar;
- b) Disponibilidade;
- c) Experiência em ensino;
- d) Participação e qualidade do desempenho;
- e) Domínio do conteúdo

Cada etapa de avaliação (currículo, entrevista, desempenho no processo de formação de monitores e prova didática) valerá, no máximo, nota 10,0 (dez). **Não** está previsto qualquer remuneração aos candidatos, durante as etapas do processo seletivo.

10. Resultado final da seleção

Serão aprovados os candidatos que obtiverem uma média geral igual ou superior a 7,0 (sete). Serão selecionados para compor o cadastro de reserva de monitores do CECANE-UFBA apenas 08 (oito) nutricionistas, 02 (dois) contadores e 03 (três) pedagogos que obtiverem as maiores médias das notas emitidas pela Comissão Examinadora.

Em caso de empate no resultado final, serão utilizados os seguintes critérios para desempate:

1º - Maior nota no currículo e na entrevista.

2º - Maior tempo de experiência na área, conforme comprovação e disposto no Currículo Vitae.

Os monitores selecionados para compor o cadastro de reserva serão requisitados para desenvolver as atividades de formação de acordo com a ordem de classificação e conforme demanda identificada pelo CECANE – UFBA. Apenas os monitores que forem convocados pelo CECANE-UFBA e realizarem as atividades de formação, serão remunerados. A remuneração será efetuada por módulo de formação e só ocorrerá após a conclusão total das atividades relacionadas à efetivação de cada módulo.

11. Das Disposições Gerais

11.1. A prestação de serviço pontual não implicará em vínculo empregatício com o CECANE-UFBA ou com qualquer instituição relacionada a este;

11.2. O monitor do CECANE será excluído do grupo, a qualquer momento, nos seguintes casos:

I – não cumprir os requisitos especificados nos itens 3 e 4 deste documento;

II – manifestar desejo de desistência;

III – envolver-se em ações não condizentes com os objetivos do CECANE-UFBA e do FNDE;

IV – apresentar desempenho insatisfatório, avaliado pela Coordenação e Sub-coordenações do Projeto.

11.3. Para quaisquer esclarecimentos relativos a este processo de seleção, os interessados deverão procurar o CECANE-UFBA, a quem cabe conduzir todo o processo de seleção;

11.4. Os casos omissos serão analisados pela Comissão Examinadora;

11.5. Os candidatos que se inscreverem ao cargo descrito neste Processo de Seleção, estão acatando as normas aqui descritas, não cabendo questionamento quanto ao resultado apresentado.

Salvador, 21 de agosto de 2009.

Gardênia Abreu Vieira Fontes

*Coordenadora de Gestão do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar -
FNDE / UFBA*



Universidade Federal da Bahia
Escola de Nutrição
CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR – FNDE/UFBA



Prezado (a) Conselheiro (a) da Alimentação Escolar,

Com grande satisfação contamos com sua presença na Formação de Atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizada de ___ a ___ de _____ de 201__ no município de _____.

No intuito de analisarmos a atividade desenvolvida, bem como para planejarmos outras formações, gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo criticamente os pontos de avaliação que seguem.

1. Como você avalia a logística da Formação de Atores do PNAE (incluindo localização dos espaços em que foi desenvolvida, cumprimento dos horários, acomodações, oferta de refeições, deslocamento, etc.)?
2. Como você avalia o programa da Formação de Conselheiros para atuação no PNAE (incluindo temas trabalhados, abordagens metodológicas, desempenho dos mediadores, atendimento dos objetivos propostos, etc.)?
3. Como você avalia a atividade de integração, unindo no mesmo espaço os distintos atores do PNAE?
4. Você acha que a Formação realizada poderá contribuir para melhoria de sua atuação no PNAE? Se sim, como?
5. Proponha, sugira, comente a respeito da Formação realizada.



Universidade Federal da Bahia
Escola de Nutrição

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR – FNDE/UFBA



CECANE-UFBA

Prezado (a) Merendeiro (a),

Com grande satisfação contamos com sua presença na Formação de Atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizada de ___ a ___ de _____ de 201__ no município de _____.

No intuito de analisarmos a atividade desenvolvida, bem como para planejarmos outras formações, gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo criticamente os pontos de avaliação que seguem.

1. Como você avalia a logística da Formação de Atores do PNAE (incluindo localização dos espaços em que foi desenvolvida, cumprimento dos horários, acomodações, oferta de refeições, deslocamento, etc.)?
2. Como você avalia o programa da Formação de Merendeiros (as) para atuação no PNAE (incluindo temas trabalhados, abordagens metodológicas, desempenho dos mediadores, atendimento dos objetivos propostos, etc.)?
3. Como você avalia a atividade de integração, unindo no mesmo espaço os distintos atores do PNAE?
4. Você acha que a Formação realizada poderá contribuir para melhoria de sua atuação no PNAE? Se sim, como?
5. Proponha, sugira, comente a respeito da Formação realizada.



Universidade Federal da Bahia
Escola de Nutrição

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR – FNDE/UFBA



Prezado (a) Coordenador (a) Pedagógico (a),

Com grande satisfação contamos com sua presença na Formação de Atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizada de ___ a ___ de _____ de 201__ no município de _____.

No intuito de analisarmos a atividade desenvolvida, bem como para planejarmos outras formações, gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo criticamente os pontos de avaliação que seguem.

1. Como você avalia a logística da Formação de Atores do PNAE (incluindo localização dos espaços em que foi desenvolvida, cumprimento dos horários, acomodações, oferta de refeições, deslocamento, etc.)?
2. Como você avalia o programa da Formação de Coordenador Pedagógico para atuação no PNAE (incluindo temas trabalhados, abordagens metodológicas, desempenho dos mediadores, atendimento dos objetivos propostos, etc.)?
3. Como você avalia a atividade de integração, unindo no mesmo espaço os distintos atores do PNAE?
4. Você acha que a Formação realizada poderá contribuir para melhoria de sua atuação no PNAE? Se sim, como?
5. Proponha, sugira, comente a respeito da Formação realizada.



Universidade Federal da Bahia
Escola de Nutrição

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR – FNDE/UFBA



Prezado (a) Gestor (a) da Alimentação Escolar,

Com grande satisfação contamos com sua presença na Formação de Atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizada de ___ a ___ de _____ de 201__ no município de Salvador-BA.

No intuito de analisarmos a atividade desenvolvida, bem como para planejarmos outras formações, gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo criticamente os pontos de avaliação que seguem.

1. Como você avalia a logística da Formação de Atores do PNAE (incluindo localização dos espaços em que foi desenvolvida, cumprimento dos horários, acomodações, oferta de refeições, deslocamento, etc.)?
2. Como você avalia o programa da Formação de Gestor da Alimentação Escolar para a atuação no PNAE (incluindo temas trabalhados, abordagens metodológicas, desempenho dos mediadores, atendimento dos objetivos propostos, etc.)?
3. Você acha que a Formação realizada poderá contribuir para melhoria de sua atuação no PNAE? Se sim, como?
4. Proponha, sugira, comente a respeito da Formação realizada.



Universidade Federal da Bahia
Escola de Nutrição

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR – FNDE/UFBA



CECANE-UFBA

Prezado (a) Gestor (a) Escolar,

Com grande satisfação contamos com sua presença na Formação de Atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizada de ___ a __ de _____ de 201__ no município de Salvador - BA.

No intuito de analisarmos a atividade desenvolvida, bem como para planejarmos outras formações, gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo criticamente os pontos de avaliação que seguem.

1. Como você avalia a logística da Formação de Atores do PNAE (incluindo localização dos espaços em que foi desenvolvida, cumprimento dos horários, acomodações, oferta de refeições, deslocamento, etc.)?
2. Como você avalia o programa da Formação de Gestor Escolar para atuação no PNAE (incluindo temas trabalhados, abordagens metodológicas, desempenho dos mediadores, atendimento dos objetivos propostos, etc.)?
3. Você acha que a Formação realizada poderá contribuir para melhoria de sua atuação no PNAE? Se sim, como?
4. Proponha, sugira, comente a respeito da Formação realizada.



Universidade Federal da Bahia
Escola de Nutrição

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR – FNDE/UFBA



Prezado (a) Nutricionista,

Com grande satisfação contamos com sua presença na Formação de Atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), realizada de ___ a ___ de _____ de 201__ no município de _____.

No intuito de analisarmos a atividade desenvolvida, bem como para planejarmos outras formações, gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo criticamente os pontos de avaliação que seguem.

1. Como você avalia a logística da Formação de Atores do PNAE (incluindo localização dos espaços em que foi desenvolvida, cumprimento dos horários, acomodações, oferta de refeições, deslocamento, etc.)?
2. Como você avalia o programa da Formação de Nutricionistas para atuação no PNAE (incluindo temas trabalhados, abordagens metodológicas, desempenho dos mediadores, atendimento dos objetivos propostos, etc.)?
3. Como você avalia a atividade de integração, unindo no mesmo espaço os distintos atores do PNAE?
4. Você acha que a Formação realizada poderá contribuir para melhoria de sua atuação no PNAE? Se sim, como?
5. Proponha, sugira, comente a respeito da Formação realizada.

ANEXO 5 - Relação de Agentes PNAE e Monitores selecionados

| N* | Nomes | Formação | Função | CPF |
|-----------|------------------------------------|-----------------|---------------|----------------|
| 1 | Amélia Borba Costa Reis | Nutricionista | Monitora | 784.942.145-00 |
| 2 | Cristina Andrade Pessoa de Freitas | Nutricionista | Monitora | 392.625.295-20 |
| 3 | Dione Cibele de Carvalho Siqueira | Nutricionista | Monitora | 917.483.645-53 |
| 4 | Emilia Carla Lima Coelho | Nutricionista | Monitora | 002.689.085-24 |
| 5 | Gizane Ribeiro de Santana | Nutricionista | Monitora | 977.045.125-87 |
| 6 | Iris Pereira Nascimento | Pedagogia | Monitora | 008.824.845-32 |
| 7 | Ivana Ventura Coutinho | Nutricionista | Monitora | 893.492.295-87 |
| 8 | Lílian Silva dos Santos | Nutricionista | Agente PNAE | 655.558.565-04 |
| 9 | Livia Silva dos Santos | Contadora | Monitora | 432.169.355-15 |
| 10 | Mariana Gomes Santos | Pedagogia | Monitora | 789.035.595-04 |
| 11 | Nadja Gomes de Santana | Nutricionista | Monitora | 423.708.505-82 |
| 12 | Raimundo Manoel de Jesus Filho | Contador | Agente PNAE | 668.652.985-00 |
| 13 | Sidnéia dos Santos Simões | Pedagogia | Monitora | 013.912.445-40 |
| 14 | Valteneide Bittencourt da Silva | Nutricionista | Monitora | 825.156.625-87 |

* Ordem alfabética